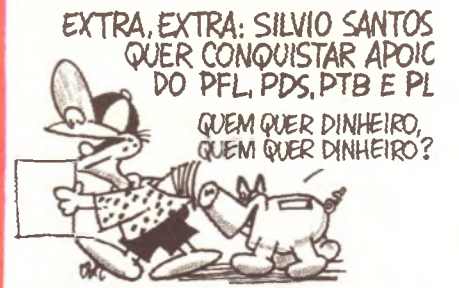




BRASIL AGORA



ANO I Nº 11

30 DE MARÇO A 12 DE ABRIL DE 1992

CR\$ 2.000,00

OS BONS COMPANHEIROS DE COLLOR

Broncos ou refinados, todos no governo obedecem ao poderoso chefão

Páginas 8 e 9



CUT
Metalúrgicos criam uma confederação

PÁGINA 4



HAITI
Aristide não quer anistia para golpistas

PÁGINA 12



BENEDITA
A favelada que está deputada

PÁGINA 15



MAGRINHO
Aventuras de um ratinho pego no flagra

PÁGINA 16



MAIS FORTE

Com felicidade recebi aqui no exterior alguns exemplares do **Brasil Agora**. Parabéns! Estou fora do país há algum tempo, por isso vou me abster de polêmicas sobre se o jornal deveria ser mais intelectual ou mais operário. Percebi essa polêmica pelas cartas remetidas a esse quinzenário.

O que importa é que, morando aqui, se vê a importância de quebrar o monopólio da informação. As estações de televisão e os jornais daqui estão concentrados em pouquíssimas mãos, o controle é tão bem feito que a população nem desconfia. No Brasil muita gente desconfia da Globo...

É importante que o **Brasil Agora** fique mais forte e junto com os programas de rádio do PT que estão pipocando comece a enfrentar o "quase-monopólio" da informação no Brasil. Espero que em breve tenhamos um programa na televisão também.

Aproveito a oportunidade para uma pequena sugestão, para que o **Brasil Agora** possa crescer mais, inclusive em termos de respeitabilidade internacional: abaxem o preço da assinatura! O preço de 80 dólares não me permitiu vender nenhuma assinatura até o momento. Me comunico com outros colegas petistas e eles também têm tido o mesmo problema.

A minha experiência de receber impressos oriundos do Brasil é extremamente positiva. Levam 6 a 12 dias e chegam com mais assiduidade do que as cartas, embora às vezes com um pouco mais de demora. Por isso proponho que vocês dêem opção a quem quiser assinar mais barato, para que possa fazê-lo. Boa sorte, espero estar de volta em breve.

MARCELO BORBA
New York, EUA

MEMÓRIA RUIM

Os livros de depoimentos políticos, de autores com nada a dizer, estão com temporada prolongada em nosso país. Depois de *Zélia, uma Paixão segue Memória de um Stalinista*, do sr. Hércules Correa. É comum entre estes "memorialistas" a passagem pelo PCB. Ela, na críse da adolescência; ele como profissional de carreira. O sr. Hércules Correa foi líder sindical pré-golpe de 64, deputado estadual no então estado da Guanabara, cassado, membro da direção central daquele partido.

Ambos suprem suas políticas com a capacidade de provocar escândalo. A ex-ministra com seus pseudo-romances e o ex-comunista agredindo a memória de Luís Carlos Prestes

com mentiras. Ele afirma que o então secretário do PCB ajudava o serviço de repressão da ditadura militar.

Prestes, entre nós, nunca foi reconhecido pela sua capacidade de fazer política. Personalidade férrea, era um homem formado em outra época. Foi sempre respeitado, até mesmo por seus mais intransigentes adversários, como exemplo de homem íntegro e corajoso. Quando morreu em 1990, na avaliação de todos tinha deixado uma imagem de firmeza e de luta. Até mesmo os jornais mais conservadores, na época, fizeram questão de fazer justiça a sua figura histórica, lembrando sua importante presença em todos os acontecimentos deste século em nosso país, sempre com coerência, para o certo ou errado. Ele deveria ser motivo de orgulho para todos, nesta terra tão pouco generosa na produção de homens desse tipo.

Assim, só poderia mesmo causar forte impressão a absurda acusação que o sr. Hércules Correa faz a Prestes - a de entregar companheiros à repressão militar da ditadura. O primeiro a ser atingido pelas arbitrariedades do golpe de 64, o herói das lutas de resistência às ditaduras de Vargas, o comandante mítico da Coluna Prestes seria, nas alevisórias do sr. Hércules, um alcagüete!

É muito corajoso o sr. Hércules Correa ao lançar mentiras com tamanha desfaçatez sobre tão venerada figura da história do Brasil. Só não causa tanto espanto àqueles que já tiveram a experiência de se aproximar de sua nefasta figura; independente da posição política ou ideológica, o sr. Hércules Correa rapidamente dá provas de seu oportunismo e de seu desvio de personalidade. Isto agora pode ser comprovado, através de seu livro, por todos os brasileiros dignos.

HÉLIO A. BACHA
São Paulo, SP

SIC, MIL VEZES SIC

José Valença de Siqueira, Zé Valença, 43 anos, solteiro, ia ser padre mas desistiu da vocação para atuar no PT. Natural de São Bento da Una, Pernambuco, mora na cidade de Jussara há quase 20 anos. Há 5 anos fundou o PT, nesse município, com a ajuda de companheiros e companheiras e de seu irmão Edes Valença, que também ia ser padre. Porém, formou-se na teologia da libertação, percebeu claramente que o problema do Brasil é político e preferiu não se ordenar. Edes Valença afirma que, ou os trabalhadores participam da política, ou vão ficar eternamente servindo de massa de manobra.

Zé Valença é o atual presidente da comissão executiva municipal e delegado do partido. Foi candidato a prefeito e em 1990 candidato a deputado federal, pelo PT da Bahia. Realizou a mais difícil campanha de que se tem conhecimento. Andava a pé e pegava carona. Trabalhava na região de Irecê e na Chapada Diamantina, onde já teve um trabalho político e

popular e é muito bem recebido pela população.

Andava a qualquer hora do dia e da noite, em regiões desertas, onde tinha até onça. Diz Zé Valença que às vezes sentia o cheiro e o bafo da onça. Os cabelos arrepiavam, mas ele pensava que não devia desistir e deixar de visitar aquela cidade ou povoado. "A minha missão é conversar com as pessoas e, quanto mais povoados e cidades visitar, muito mais amigos e amigas maravilhosos eu arrumarei".

Seu aparelho de som era um funil - feito por ele mesmo utilizando uma cuscuzeira velha e uma caneca de liquidificador - que deu nome a sua campanha: *Campanha do Chinelo e do Funil*. Ele dizia: "eu sou o candidato mais pobre do mundo".

Percorria duas cidades por dia. Andava rua por rua e fazia amizade em 5 minutos, com grupos de até 20 pessoas. De repente uma grande surpresa, sua garganta começou a inchar e doer. Foi quando guardou o funil e seus amigos lhe emprestaram um megafone. A campanha continuou até na região de Ipirá, Salvador. Foi um sucesso total até na capital, com a ajuda do megafone. A região percorrida corresponde a cerca de 30 cidades, 10 distritos e 300 povoados.

Começando em Juassara, passou por Irecê e Chapada Diamantina; por todo lugar que passava, o povo se encantava com o seu novo método de fazer campanha. Era aquela alegria. Zé Valença não possui bens materiais. Seu pai lhe deu tarefas na terra, mas ele não tem tempo de cuidar, pois se ocupa exclusivamente do PT. Participa de todos os eventos.

Zé Valença sempre fala para toda gente que o voto nunca deve ser vendido ou trocado por nada deste mundo, o voto é a manifestação da nossa inteligência, da consciência, da vontade e da liberdade.

Se alguém pergunta se ele ganha muito dinheiro, responde: "Pelo que eu faço e falo, você sabe o que eu ganho. Eu defendo a verdade, a justiça e a igualdade de direito entre todas as pessoas e crianças tão maravilhosas, que são covardemente assassinadas e morrem de fome no Brasil e no mundo, por culpa dos poderosos".

Zé Valença afirma: "Os trabalhadores estão profundamente ansiosos para encontrarem uma solução para a crise insuportável que a cada dia fica pior". Envia a todos um forte abraço, a paz de Cristo e toda felicidade. Combate o racismo e a discriminação, até as últimas consequências. Isto porque todos devem viver em plena liberdade, perfeita igualdade, na prática, na justiça e na convivência do amor.

ZÉ VALENÇA
Jussara, PE

CONSCIENTIZE-SE

Quem se iludiu com as mentiras do demagogo Collor e votou "nelle" tem o dever cívico de pedir desculpas ao Brasil e ao povo que está sofrendo

com seu desgoverno incompetente.

O Brasil tem jeito sim. Sua natureza e o povo são bons. Só falta ter um presidente honesto, patriota e competente. Em 1994 o povo elegerá. Quem não presta e não tem jeito é o *Collor pillantra*.

No desgoverno do demagogo pilantra, a classe média não pode mais comprar carne; nem os pobres, leite para os filhos. Mas os ricos compram carros de luxo japoneses.

G. CAVALCANTI
Niterói, RJ

TEMPO E RETOQUES

Em primeiro lugar gostaria de saudar a todos que fazem o jornal **Brasil Agora**. Apesar das dificuldades, que hoje são marcantes em nosso partido, temos que manter de pé esta luta que há tempos vínhamos tentando alcançar e levá-la para frente.

Escuto várias críticas, mas acho alguns militantes precipitados em relação ao jornal. Acredito que com certo tempo e com retoques o jornal vai "sintonizar" com a militância e com não militantes também.

Aqui em Fortaleza parece que as dificuldades são grandes para comprarmos as próximas edições, há problemas com a venda, distribuição e retorno de grana. Caso os jornais não venham mais para cá, não saberei como adquiri-los. Espero que a situação se normalize, não dá para ficar sem o jornal, pois **Brasil Agora** é um marco na nossa luta por uma nova sociedade.

ANTONIO CARLOS FREITAS
Fortaleza, CE

INJUSTIÇA

O dia 13 de março marcou seis anos de detenção da brasileira Lâmia Maruf Hansas, em Israel. Ela foi condenada à prisão perpétua por um tribunal militar que se valeu de "provas secretas" para acusá-la do seqüestro e morte de um soldado israelense, num julgamento considerado uma aberração jurídica pela própria advogada Felicia Langer, natural de Israel. Há denúncias de que na prisão de Hasharon, na cidade Even Yehudah, onde se encontra Lâmia, os detidos são tratados de forma desumana.

Pedimos que entidades, parlamentos e parlamentares individualmente escrevam para as seções de cartas de jornais e revistas de suas cidades ou estados, com o objetivo de tornar público o mais possível esse caso, que praticamente caiu no esquecimento, divulgando também assim nossa campanha.

Maiores informações podem ser obtidas no Comitê Pela Libertação de Lâmia, pelo telefone (021) 262-2535, Rio de Janeiro.

QUE TAL "ROXO"?

Acho estranho que o companheiro Mouzar Benedito ainda lance mão de expressões do tipo "ovelha negra", para referir-se a algo visto como ruim e/ou prejudicial. Até quando vamos continuar na cumplicidade dessa forma grotesca de

discriminação racial? Negro é significado de pejoração?

Ademais, por que não lilás, vermelho ou roxo? Está mais do que na hora da gente procurar corrigir, extirpar certos "deslizes" preconceituosos. Até porque esse tipo de postura não fica nada bem, principalmente num jornal com as características do **Brasil Agora**.

DERNAL SANTOS
Carapicuíba, SP

Nota da Redação: Mouzar Benedito informa que gosta mais das ovelhas negras do que das brancas. Ovelha negra, como entende, é quem foge do comum.

REGISTRO

Recebemos o boletim do Serviço Pastoral dos Migrantes (SPM/CNBB), divulgando a Semana do Migrante, que ocorrerá de 18 a 25 de junho deste ano. Recebemos também a *Tribuna da Saúde*, do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, uma publicação do Departamento de Saúde do Trabalhador e Meio Ambiente.

ERRATA

Na matéria "Tensões e Fantasmas" do **Brasil Agora** nº 10, o orçamento de 1 trilhão de dólares não é referente apenas aos gastos norte-americanos em armas, mas sim aos gastos do conjunto dos países ricos do primeiro mundo. Na matéria "Curta os gaúchos", a TV inglesa citada é a *Channel 4* e o nome do filme é *Barbosa e não Arboza*.

BRASIL AGORA

DIRETOR: JOÃO MACHADO. **EDITOR:** RUI FALCÃO. **EDITOR DE ARTE:** JOCA PEREIRA. **DIAGRAMAÇÃO:** CELSO MADEIRA. **REDAÇÃO:** FLÁVIO AGUIAR, JUAREZ GUIMARÃES, MOUZAR BENEDITO, RAIMUNDO PEREIRA, VALTER POMAR. **SECRETÁRIA:** ADÉLIA CHAGAS. **SUCURSAL RIO GRANDE DO SUL:** LUCIANE FAGUNDES, JOSÉ LUIZ LIMA E MARCO ANTÔNIO SCHUSTER. **COPIDESQUE E REVISÃO:** CELSO CRUZ. **DIGITAÇÃO:** EUZABETE D. DA SILVA. **EDITORIAÇÃO ELETRÔNICA:** CACO BISOL E SILVANA PANZOLDO. **COLABORADORES:** ALAN RODRIGUES, ALÍPIO FREIRE, ALOÍSIO MORAIS, ANDRÉ SINGER, ANTONIO CARLOS FON, ANTONIO CARLOS DE QUEIROZ, ANTONIO MARTINS, BERNARDO KUCINSKI, BRENO ALTMAN, CARLOS E. CARVALHO, CELSO HORTA, CÉLUS, CINTIA CAMPOS, DENISE NEUMANN, EMIR SADER, EUGÊNIO BUCCI, FERNANDA ESTIMA, FERNANDO PAIVA, FLAMARION MAUÉS, FLÁVIA DE SAMPAIO LEITE, FLÁVIO LOUREIRO, GABRYU, GENARO URSO, IVAN SEIXAS, ISAAC ACKSELERUD, JOÃO ANTONIO, JOSÉ AMÉRICO DIAS, JOSÉ ROCHA, JUSTINO PEREIRA, KIPPER, MANOEL ALVAREZ, MÁRCIA BRAGA, MÁRCIA MOREIRA, MÁRCIO BUENO, MÁRCIO VENCIGUERRA, MARCOS SOARES, MARIA LÚCIA BRANDÃO, MARIO AUGUSTO JAKOBSKIND, MARRINGTONI, MARISA MELJANI, MARIZA DIAS COSTA, MIADAIRA, NELSON RIOS, NILMÁRIO MIRANDA, OHI, PATO, PATRÍCIA CORNILIS, PAULO BARBOSA, PAULO ROBERTO FERREIRA, PAULO ZILBERMANN, PEDRO ORTIZ, PERSEU ABRAMO, ROGÉRIO SOTTUI, SÉRGIO CANOVA, SÉRGIO SISTER, WALTER ONO, WLADIMIR POMAR. **A OPINIÃO DOS ARTICULISTAS NÃO REFLETE NECESSARIAMENTE A LINHA EDITORIAL DO JORNAL.**

BRASIL AGORA É UMA PUBLICAÇÃO QUINZENAL DA EDITORA BRASIL AGORA LTDA. - ALAMEDA GIETE, 1049 - CEP 01215 - SÃO PAULO (SP). FONES: 220-7198/222-6318. FAX: (011)222.2865. **GERENTE GERAL:** HUGO SCOTTE. **ADMINISTRAÇÃO:** M^{te} ALICE DE P. SANTOS. **ASSISTENTE:** IVANILDA ALVES. **CIRCULAÇÃO:** JOSÉ LUIS NADAI. **ASSINATURAS:** MIRIAN TAKAHACE, PAULO M. SOLDANO, JO SILVA (DIGITAÇÃO) - FONES: 223.2974 E 220.7718. **EXPEDIÇÃO:** PAULO E. SOLDANO. **SERVIÇOS GERAIS:** JOÃO A. GUEVARA, EUSILANDIA M. FERREIRA, FERNANDO S. SIQUEIRA, LUCIENE B. SILVA. **IMPRESSÃO:** DIÁRIO DE MOGI. **DISTRIBUIÇÃO:** DINAP S/A. **TIRAGEM DESTA EDIÇÃO:** 35.000 EXEMPLARES FORAM IMPRESSOS NO DIA 27 DE MARÇO DE 1992.

JORNALISTA RESPONSÁVEL: RUI FALCÃO



A hora dos banqueiros

O anunciado empenho do governo em levar até as últimas conseqüências a apuração da onda de denúncias que envolvem destacados quadros do governo Collor revela uma boa dose de cinismo e ingenuidade. O cinismo é daqueles que fingem se surpreender com o comportamento venal de figuras do porte de um Magri, cuja folha corrida era de conhecimento público. A ingenuidade fica por conta dos que propagam uma "melhora moral" do governo, agora que saíram os "ladrões de galinha".

"Os bons companheiros", matéria de capa desta edição, mostra que onde há corruptos, há corruptores. Resta saber como chamar aquele que colocou tais figuras em postos de mando (pag. 8 e 9).

A ampliação do descrédito do governo aumenta as expectativas diante do parlamentarismo (pág. 7) e amplia as responsabilidades da esquerda e do movimento sindical. O recém-realizado 2º Congresso Nacional dos Metalúrgicos da CUT mostrou que, se ainda não recobrou capacidade ofensiva, pelo menos a Central está buscando estabelecer um novo e superior padrão de

relacionamento interno (pág. 4).

Chamamos a atenção para a entrevista de Jean Baptiste Aristide, presidente do Haiti, deposto por um golpe militar. A dignidade com que defende os rigores da lei para os golpistas contrasta com a pusilanimidade com que os EUA tratam os refugiados políticos haitianos (pág. 14). A entrevista de Aristide está sendo publicada como parte de um convênio firmado entre **Brasil Agora** e o jornal uruguaio **Brecha**.

Com a aproximação das eleições municipais, crescem as chances da esquerda. A entrevistada desta edição, a deputada federal Benedita da Silva (PT-RJ), candidata à prefeitura carioca, revela estar deputada mas ser favelada (pág. 15).

Na última página, uma novidade: os quadrinhos de Kipper, colaborador frequente de **Brasil Agora**.

O EDITOR

A ILUSTRAÇÃO DA CAPA É DE MARINGONI.

OPINIÃO

IPTU: Hood x Capone

Os neo-liberais e os falsos progressistas são parecidos

Na atual discussão sobre o IPTU, temos dois grupos de críticos da Prefeitura do Município de São Paulo (PMSp). De um lado, os velhos liberais, agora neo-liberais, que produziram e defendem, para o Brasil, a mais injusta distribuição de renda no mundo e um sistema tributário extremamente regressivo: um humilde assalariado paga, proporcionalmente, mais imposto (cerca de 30%) que os grandes rentistas e proprietários (até 5%). São posições contrárias a qualquer progresso social. Merecem nossas denúncias e firme combate político.

Por outro lado, temos os progressistas envergonhados, que também não gostam de pagar impostos, mas posam olímpicamente como defensores da justiça tributária, da progressividade das alíquotas e mesmo do imposto sobre a riqueza. Esses falsos progressistas se desmascaram quando tratamos dessas questões concretamente, como no caso do IPTU.

CRISE X IMPOSTOS. Em primeiro lugar, dizem que em momentos de crise econômica não devemos aumentar impostos. Isso é até possível para o Governo Federal, que emite moeda, endivida-se e, como se não bastasse, pode se recusar a pagar seus compromissos, como no caso dos aposentados. Os Governos Estaduais, de modo geral, também não pagam suas dívidas para com o Governo Federal. Rolam débitos, devem ao FGTS, ao INSS, produzem déficits monumentais e bancos estaduais tecnicamente falidos. Isso já é quase impossível para um governo municipal, mesmo do porte de São Paulo, que tem enormes dificuldades de acesso aos financiamentos federais. Na crise, aumentam as demandas sociais e o poder público municipal só conta com suas receitas através da maior arrecadação do IPTU e ISS. Ao contrário da administração Jânio Quadros, por exemplo, quando as operações de crédito (endividamento por empréstimos) responderam, em 1988, por 1/3 da receita total da cidade.

Em segundo lugar, dizem que o IPTU aumentou demasiadamente desde 1989. Naquele ano, este imposto havia se tornado simbólico, correspondendo a 12% da arrecadação de

PMSp: EVOLUÇÃO REAL DAS RECEITAS				
ANO	EVOLUÇÃO REAL DO PIB	IPTU	RECEITA TOTAL	RECEITA PER CAPITA
1978	100	100	100	100
1988	137	20	87	74
1989	142	12	97	81
1990	136	33	98	81
1991	136	68	126	103

FONTE: SF-AEF-PMSp



1978, quando representou 20% das receitas da PMSp. Em 1989, o IPTU ficou reduzido a apenas 2,6%, graças ao decreto da administração anterior. Nas cidades do primeiro mundo, este imposto chega a representar 50% das receitas locais!

DINHEIRO DEMAIS? Alegam, ainda, que as receitas próprias aumentaram demais e que as finanças municipais nunca estiveram tão bem. Na verdade, temos que considerar a receita total do município, que engloba a receita própria mais as operações de crédito. A receita total aumentou 11% de 1988 para 1989, mesmo com a elevação das transferências do ICMS. Ficou nesse patamar em 1990 e cresceu efetivamente em 1991, com o aumento do IPTU e do ISS, em função da reforma tributária municipal e do incremento na fiscalização do ISS. Mesmo assim, a receita total per capita é praticamente a mesma de 1978 (veja tabela). Isso em um contexto de demandas crescentes dos serviços municipais de saúde e educação, pois mesmo a classe média é expulsa do sistema privado pelos altíssimos custos. Além disso, cobra-se da atual administração a re-

cuperação e ampliação dos equipamentos sociais sucateados desde a crise econômica de 1980/83.

É diante deste quadro que a administração Luiza Erundina vem executando a política Robin Hood de tributar mais os ricos - através da progressividade - para poder atender dignamente os mais pobres e remediados. Basta ver os 48% gastos na área social (educação, saúde, habitação etc.) - contra a média de 35% nos governos anteriores - , onde estão empregados 80% dos funcionários municipais. Somando-se a área social e infra-estrutura urbana (regionais, sistema viário etc), temos 70% das despesas municipais.

Falar em excesso de recursos, ou de inchaço da máquina administrativa, conhecendo-se as carências da maioria da população, é defender a justiça social de modo abstrato. Nos países desenvolvidos, quem pode mais paga mais. Caso visse no Brasil hoje, Al Capone continuaria solto e muito bem acompanhado.

AMIR ANTÔNIO KHAIR,
Secretário das Finanças
do Município de São Paulo

OPINIÃO

A VOLTA DA ESPERANÇA

O 1º Congresso decidiu, o PT de Minas cumpriu. Denunciar o governo Collor, exigir mudanças na sua política econômica, dar um basta à corrupção, aos desmandos, à recessão, ao desemprego. Tirar o partido do internismo, da estreiteza das disputas internas, da preocupação exclusiva com as eleições. Demonstrar, nas ruas, que Collor não tem procuração de ninguém para arrasar o país, e que ninguém é obrigado a suportá-lo por mais três anos. Essa era a meta.

A passeata realizada em Belo Horizonte no dia 12 de março teve um percurso difícil. Percebemos o quanto o partido perdeu a agilidade para atividades de rua, de convencimento de outros setores da sociedade acostumados a uma cooperação morna com o PT. Percebemos, finalmente, o quanto a perplexidade e a falta de confiança em nossas possibilidades minaram o partido.

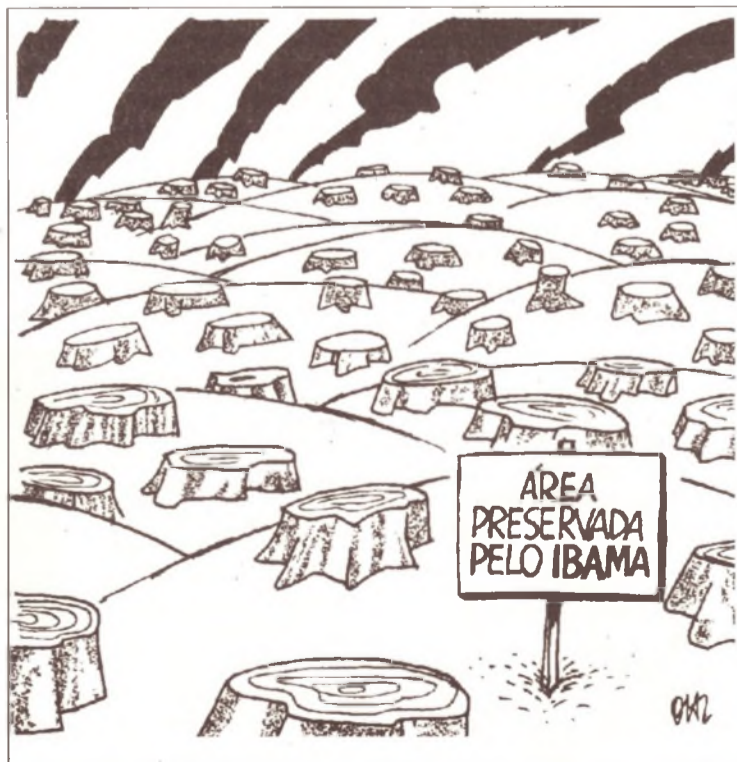
Por tudo isto, a passeata no dia 12 pode ser considerada um marco. Não foi só pela presença das quatro centrais sindicais e de vários partidos políticos. Não foi só pela presença de Lula e seus discursos. Não foi só por termos finalmente percebido que passeatas e carreatas podem ser feitas fora da disputa eleitoral e campanhas sindicais.

Essa passeata é um marco porque voltamos a perceber a esperança nos olhos dos militantes, nas palmas dos que passavam pelas ruas, nos que jogavam papel picado dos edifícios, nos que acenavam das sacadas.

Voltamos a sentir o entusiasmo, aquele da campanha Lula, aquele insensato entusiasmo dos que querem subir nos palanques, pedir um autógrafo, entrar no carro de Lula, pendurar uma bandeira no carro de som.

Pudemos ver, finalmente, que para além da recessão, da tristeza, do desemprego, da decepção, ainda há reservas de dignidade e de luta. Que Collor e sua gangue não puderam mergulhar nosso povo na desesperança e no desespero. E que o PT carrega a enorme responsabilidade de dirigir esta caminhada pelos redemoinhos e espinhos que surjam. Não por delegação de partidos ou do diretório nacional, ou de algum congresso, mas por ser o único partido por ter o único candidato a presidente e a única liderança nacional que compartilha as angústias do nosso povo, em que as pessoas depositam sua confiança e sua esperança. Todos fomos surpreendidos. Mas que bela surpresa!

JORGE NAHAS
Secretário-geral do PT-MG



MANIFESTAÇÕES

A CHAMA CONTINUA

A CUT colheu no dia 13 de março, sexta-feira, os primeiros e promissores frutos de sua campanha nacional do *Não ao governo Collor*. Azar para o presidente collarido: a Central contabilizou 58 mil manifestantes nos atos e passeatas de norte a sul.

A manifestação de maior envergadura teve lugar em São Paulo, com uma passeata que foi engrossando as suas águas até reunir 10 mil na Praça da Sé. Norte e nordeste brilharam: 3 mil em Belém, 2300 em Porto Velho, 2500 em Natal e Mossoró, 2500 em João Pessoa e 6 mil em Teresina. Lula multiplicou-se na maratona: dia 12 em Belo Horizonte (3 mil), dia 13 em Porto Alegre (5 mil) e dia 16 em Brasília (4 mil).

O plano de lutas da CUT está centrado na combinação das reivindicações prioritárias: salário-mínimo, defesa das estatais contra a privatização e do serviço público, garantia do reajuste de 147% aos aposentados.

A direção da CUT, após avaliação das manifestações em reunião realizada no dia 18 último, concentra agora suas forças na preparação do 1º de maio. Para o início de abril, está previsto um encontro com representantes dos sindicatos das categorias que terão data base neste mês e em maio. Elas também devem convergir para os atos do Dia do Trabalho.

(J. G.)

MAGISTÉRIO. Secretária de Educação do estado de Santa Catarina não está renovando os contratos de trabalho das professoras admitidas em caráter temporário (ACTs) e que estejam grávidas. No último dia 20 de março, o Sindicato dos Trabalhadores em Educação (SINTE) denunciou o fato em uma manifestação em frente à própria Secretaria de Educação.

As ACTs representam 50% do magistério catarinense. Não bastasse receberem o salário com quatro meses de atraso a cada início do ano letivo - por conta do novo contrato -, ainda sofrem com essa discriminação, claramente inconstitucional. Muitas professoras que trabalham há mais de dez anos para o estado correm o risco de serem excluídas pelo simples fato de estarem grávidas. A comissão de estudos do direito da mulher da Ordem dos Advogados do Brasil em Santa Catarina pronunciou-se contra a discriminação. A junta médica do estado considera as professoras aptas para o trabalho. Mas a Secretária de Educação do governo Wilson Kleinübing (PFL), comandada pelo deputado federal Paulo Bauer (PDS), pelo jeito, está contra a natureza.

(C.S.)



Delegações metalúrgicas de vários países europeus e latino-americanos prestigiaram o 2º Congresso.

METALÚRGICOS DA CUT

Nasceu a Confederação

Delegados ao 2º Congresso formam entidade nacional, desafiam Medeiros e filiam-se à Fitim.

Com a legitimidade conferida pela representação de um milhão e cem mil trabalhadores do ramo, cerca de 65% dos operários do setor, o 2º Congresso Nacional dos Metalúrgicos/CUT fundou neste 22 de março a sua Confederação Nacional. Contam-se nos dedos os sindicatos metalúrgicos de base mais ampla ainda não filiados à CUT: os de São Paulo, Osasco, Guarulhos, Curitiba, Ipatinga.

Ao todo, são 83 sindicatos metalúrgicos filiados à CUT neste ramo fundamental da economia brasileira. O setor que abarca as áreas da metalurgia, mecânica, material de transporte, indústria de material elétrico e comunicação emprega 8% do total de empregos do setor formal brasileiro e é responsável por mais de 50% da pauta de exportações. De combatividade sindical reconhecida, os metalúrgicos têm salário médio cerca de 20 a 25% maior que o salário médio na indústria.

O nascimento da CNM-CUT é um fato que ecoa em três direções. Culmina no setor a construção da organização vertical da CUT, base da luta pela contratação coletiva por ramo de atividade. Contrapõe-se frontalmente à Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos (CNTM), acoplada à estrutura oficial e hoje nas mãos de Luís Antônio de Medeiros. Enfim, projeta a unidade sindical dos metalúrgicos no furacão da crise que assola o setor.

Em termos de postos de trabalho, a metalurgia tem hoje somente 64% do total de 1980; a mecânica tem 74%; material elétrico e comunicações, 76% e material de transporte,

93%. No processo de formação do Mercosul, os protocolos comerciais que mais avançaram foram os de automobilística e mecânica. A privatização ameaça várias estatais e o impacto das novas tecnologias rebate com força no setor.

SOPRO DE UNIDADE. Com tantos e tais desafios, só pode ser visto como extremamente saudável o sopro da unidade que inspirou o curso do Congresso Metalúrgico, bastante diverso do vendaval de sectarismo que marcou o 4º Concut em setembro de 1991. Uma tese guia de toda a direção do departamento metalúrgico foi apresentada, alinhando desde o início os muitos pontos de consenso. Por pouco não se chegou a uma chapa única para a direção da nova Confederação.

Os temas mais polêmicos entre os 446 delegados, vindos de 37 sindicatos, foram: o caráter da campanha contra o governo Collor, aspectos da estrutura da Confederação e a filiação à Federação Internacional dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas (Fitim), ligada a CIOSL.

Por maioria de votos - contra outra emenda que propunha a luta pelo fim imediato do governo Collor e a convocação antecipada de eleições - foi aprovada a proposta apresen-

tada pelos metalúrgicos de São Bernardo com o título *Dizer não ao governo Collor e construir o projeto alternativo*.

Prevedendo a continuidade de "ampla mobilização social, de alcance nacional, fortemente combinada com pressões e articulações no campo institucional", propõe "o acúmulo de forças indispensáveis à disputa estratégica que ocorrerá em 1994".

A maior parte dos delegados optou pela formação de uma executiva com quinze membros efetivos e cinco suplentes. As instâncias da estrutura federativa oficial do ramo, filiadas à CUT, bem como as federações democráticas já criadas, têm um prazo de dois anos para se ajustarem à norma da nova confederação. Sindicatos não filiados à CUT não poderão participar dos fóruns para questões internas da Central. A Confederação pretende abarcar inclusive organizações sindicais de base dos sindi-

catos filiados à CUT.

Também por maioria de votos decidiu-se a filiação da nova confederação da CUT à Fitim, considerada a entidade que aglutina as organizações sindicais metalúrgicas dos principais países do mundo. Um registro: a Corrente Sindical Classista, vinculada ao PCdoB, inicialmente contrária à decisão da filiação no Congresso Metalúrgico, passou a apoiá-la.

JUAREZ GUIMARÃES

A DIREÇÃO ELEITA

A chapa 1, formada pela Articulação Sindical e Corrente Sindical Classista, obteve 281 votos (67,5%). A chapa 2, formada por CUT Pela Base, Convergência Socialista e Força Socialista, registrou 139 votos (32,4%).

A diretoria da Confederação, com mandato de três anos, terá por este resultado dez membros efetivos da chapa 1 e cinco membros efetivos da chapa 2.

O presidente da Confederação será Heiguiberto Della Bella Navarro, diretor dos metalúrgicos de São Bernardo. Entre outros, comporão a diretoria, pela chapa 1, Edmundo (Betim), Jaime Santiago (Rio), Uriel (Santos), Marco Maia (Canoas, RGS), Tarcísio (Vitória) e Balbino (Salvador). A chapa 2 participará com João Leite (Campinas), Rogério Mamão (Belo Horizonte-Contagem), Toninho (São José dos Campos), Carlúcio (São Paulo) e José Adão (Belo Horizonte-Contagem).

Um ponto negativo: não foi eleita nenhuma mulher para a direção, entre as 29 delegadas presentes ao Congresso.



Vicentinho



Heiguiberto



Durval

Ainda esperando verbas

Enquanto tomam-se as últimas decisões em Nova Iorque, aqui faltam verbas para 250 eventos.

O Rio de Janeiro começa a entrar em contagem regressiva para a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD)-ou Conferência de Cúpula da Terra-e aguarda com expectativa os resultados finais da última fase da Reunião Preparatória (Prepcom), que se encerra no próximo dia 3 de abril em Nova Iorque. Os destinos da Conferência estão sendo decididos neste quarto e último encontro, que reúne delegados e representantes dos mais de 100 países que participarão da Rio-92, que poderá se transformar de fato em um marco na história da humanidade ou num fiasco patrocinado pelos países industrializados que não querem de forma alguma ceder privilégios e reduzir a emissão de gases tóxicos.

Paralelamente às atividades oficiais realizadas no Riocentro, a cidade vai acolher também cerca de dois mil representantes das Organizações Não Governamentais (ONGs), nacionais e internacionais, que serão protagonistas de uma série de atividades que terão lugar no Parque do Flamengo. O Fórum Global 92 será tão ou mais importante do que o encontro oficial no Riocentro, isso apesar do governo brasileiro não estar



dando a atenção que se poderia esperar para a sua organização. Em outros termos, até o presente momento nenhuma verba foi liberada para a efetivação dos trabalhos. O ministro Carlos Garcia, presidente do Grupo de Trabalho Nacional (GTN), o órgão que coordena as atividades da Rio-92, já deixou bem claro que o governo não tem nenhuma obrigação nesse sentido. Segundo Garcia, o único compromisso é com a

parte oficial da Rio-92.

Além do Fórum Global no Aterro do Flamengo, que está previsto para ser desenvolvido em 36 espaços (tendas), sendo nove do Fórum Internacional das ONGs, diversos grupos de trabalho discutirão em plenário (no hotel Glória) os mais variados temas, da biodiversidade às florestas, passando pelas questões dos povos indígenas, da mulher, e a problemática das comunidades ne-

gras, entre outros. As previsões são de que aconteçam mais de 250 eventos, entre seminários, simpósios, workshops etc., durante 12 dias. Os problemas específicos de cada um dos continentes também serão analisados e colocados em tratados, para serem posteriormente discutidos pela sociedade civil nos mais diversos países.

FAX VERDE. As ONGs internacionais não presentes à Rio-92 poderão acompanhar os trabalhos relativos não apenas ao Fórum Global, mas também ao evento oficial, através do telefone e do fax verde, que receberão e passarão informações para qualquer parte do mundo.

Na Rio-92, no bairro de Jacarepaguá, acontecerá a Conferência Mundial dos Povos Indígenas, que reunirá mais de 400 representantes de povos de várias nações provenientes de toda a América. No local está sendo construída por 60 índios do Alto Xingu a aldeia Kari-oca. Treze índios Tucanos da Amazônia vão erguer a oca onde será realizada a plenária com a participação dos representantes dos povos indígenas. Demonstrando muita garra e resistência, em função das dificuldades encontradas para a execução dos trabalhos da aldeia Kari-oca (até mesmo falta de banheiros e carência de alimentação), os índios não esmorecem e pretendem terminar tudo dentro da data prevista.

MARIO AUGUSTO JAKOBSKIND
do Rio de Janeiro

JUSTIÇA À BRASILEIRA

A decisão do Tribunal de Justiça do Acre, que anulou a condenação do fazendeiro Darly Alves da Silva, mandante do assassinato do líder seringueiro Chico Mendes, tem possibilidades concretas de ser derrubada no Superior Tribunal de Justiça, onde será impetrado recurso pela promotoria pública e pelos advogados da assistência de acusação. Mas a decisão da justiça do Acre tem o efeito de sinalizar para os latifundiários do país que ainda é cedo para se aposentar a violência como método de eliminação dos conflitos fundiários.

O advogado Márcio Thomaz Bastos, assistente de acusação do caso Chico Mendes, em entrevista ao boletim *Linha Direta* nº 78, explica que o Código Penal prevê que "o tribunal só pode pedir uma revisão quando a decisão for manifestamente contrária à prova dos autos", o que não ocorreu no caso de Darly Silva. Em caso de novo julgamento, Bastos acredita que "é totalmente inevitável a condenação de Darly", devida ao elevado número de provas contra ele e seu filho Darcy Pereira da Silva, o matador de Chico Mendes. "Eu acredito que ganharemos de novo, porque o Tribunal do Acre não absolveu o Darly, apenas mandou o caso a novo julgamento".

De qualquer maneira, a decisão do Tribunal do Acre tenta contra a soberania da vontade popular, que através do Conselho do Júri Popular de Xapuri condenou Darly e Darcy a 19 anos de prisão. Antes da Câmara Criminal do Tribunal se reunir, no último dia 28 de fevereiro, a posição dos desembargadores era antecipada como favorável à UDR (União Democrática Ruralista), o que acabou ocorrendo. O relator José Gercino foi derrotado pelos votos dos desembargadores Praça e Sherrer. A certeza dos dirigentes da UDR era tão grande que eles organizaram barreiras nas estradas (a pretexto de reivindicar melhoria das rodovias) para impedir a presença de trabalhadores que pretendiam assistir à sessão do Tribunal.

(P.R.F.)

EXTERMINIO

A guerra suja contra os meninos

No Pará, no Rio e em São Paulo, a ordem parece ser uma só: neutralizar e destruir.

O aumento do custo de vida, do desemprego e do arrocho salarial - a face mais visível da recessão - acaba por atingir a parte mais fraca da sociedade: as crianças, que são arrastadas para as ruas.

Em São Paulo, a *Operação Meninos de Rua*, desencadeada pela Polícia Militar, transformou o problema do menor carente, de questão social, em caso de polícia. O "arrastão" da PM foi a fórmula mágica que o Governo Fleury Filho encontrou para retirar as crianças da rua.

No Rio de Janeiro, kombis brancas foram utilizadas para recolher os meninos de rua. A ordem do governo Brizola e Marcelo Alencar é "limpar" as ruas, para que a cidade possa receber as pessoas (especialmente estrangeiros) que vão participar da Conferência Rio-92. Mas, ao que tudo indica, o "arrastão" do Rio é uma operação que estaria sendo desencadeada por donos de hotéis e policiais de folga do quartel.

EXTERMINIO E ESCRAVIDÃO. No Pará, a "limpeza" das ruas está sendo feita com a eliminação física dos meninos e a escravidão das meninas no interior de bordéis localizados nos garimpos de ouro. Uma pesquisa realizada pelo Centro de Defesa do Menor revelou que, de janeiro de 1990 a julho de 1991, dos 523 casos de violência registrados contra menores, no Pará, 287 resultaram na morte de meninos. Desse total, 257 ocorreram nas ruas.

A primeira fase da pesquisa revelou que, dos 523 casos apurados, apenas 209 apresentaram alguma informação sobre o agressor. Nas áreas de garimpo de ouro, meninas de 11 a 17 anos são transformadas em prostitutas e obrigadas a trabalhar em regime de escravidão. A denúncia foi feita pela deputada estadual Aida Maria (PT) no dia 4 de dezembro do ano passado (dois meses antes da série de reportagens de Gilberto Dimenstein, publicada na *Folha de S. Paulo*). Mais de 60

dias após a denúncia ser registrada na polícia estadual pela deputada petista, o governador Jader Barbalho articulou com o ministro da Justiça, Jarbas Passarinho, uma operação para resgatar as meninas. Menos de um mês depois, a maioria voltou para as áreas vizinhas ou para os próprios garimpos.

O tratamento dispensado pelos governos estaduais e pelo governo Collor ao menor e ao adolescente até parece que segue à risca o estudo da Escola Superior de Guerra (ESG) denominado "1990-2000, a Década Vital por um Brasil Moderno e Democrático". Tal estudo trata as crianças carentes como "Hordas de bandidos" e sugere aos "poderes constituídos" a utilização das Forças Armadas, "para que se incubam do duro encargo de neutralizá-los e mesmo destruí-los, para ser mantida a lei e a ordem", conforme denunciou o coordenador paulista do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, João de Deus do

Nascimento, em entrevista ao *Informativo* do PT paulistano.

PAULO ROBERTO FERREIRA



DE BRAÇOS ABERTOS

Por causa deles, o plenário da Assembléia gaúcha lotou sua capacidade de 120 pessoas no dia 20 de março, uma sexta à noite. São 44 ex-líderes do PCB gaúcho, que concluíram a trajetória de abandono do partidão e entrada no PT, com direito a saudações ("bem-vindos ao PT"), ato político, bolo com vinho e galetos assados com chope.

"Que alívio", suspirou Luciano Fedozzi, secretário-geral do PCB-RS de 87 a 91. "Foi uma decisão difícil, por causa da carga afetiva", explica. O mesmo sentimento é transmitido pelo ex-presidente estadual do PCB e ex-integrante do diretório nacional, Domingos Todero. Afinal, são duas lideranças (o grupo tem ainda fundadores de associações de bairro, líderes estudantis, do movimento sindical, de categorias profissionais) que chegaram ao PT por caminhos diferentes.

O de Todero começa em 1986. "Questionamos a política nacional de Frente Democrática defendida pelo partido. Vimos a possibilidade de consolidar um bloco de esquerda para disputar a hegemonia da sociedade". Essa proposta foi derrotada em 1987 nos Congressos do PCB ("o PPS permanece com a idéia de Frente Democrática"), mas conseguiu 10% dos votos no 9º Congresso, em 1991. Foi quando Todero e companheiros optaram pelo PT "como partido para unificar os socialistas no Brasil".

No final de 1989, um grupo liderado pelo secretário-geral Luciano Fedozzi propôs a discussão sobre o PCB pelo esgotamento do processo partidário: "Tínhamos dois pilares. Um era a crítica à linha do PCB, outro uma postura mais ideológica, a de superar os paradigmas do marxismo-leninismo".

Depois de muito quebrapau, lançaram um documento em abril de 1991, propondo a fusão do PCB e outros partidos num novo. "O golpe de agosto convenceu mais gente para nossa proposta de entrar no PT", conta Luciano.

Deve entrar mais gente (principalmente em Pernambuco e Rio de Janeiro) mas eles não formam tendência, garantem. "É um grupo heterogêneo, talvez promova fóruns, mas não limitaremos a ação política de ninguém", diz Todero.

Fedozzi diz que "o grupo não é homogêneo, não tem vergonha do passado e tem uma contribuição ética e histórica a dar". Admiram o PT e concordam numa ressalva: "O PT ainda não percebeu bem a importância da democracia".

MARCO ANTONIO SCHUSTER,
de Porto Alegre



Supersafra de fantasias

O plano não prevê aumento de renda dos consumidores nem reformas na estrutura agrária

O Plano de Reconstrução da Agricultura, lançado dia 12 de março por Collor em uma fazenda de arroz (RS) e em outra de feijão (SP), é um grande conjunto de medidas - algumas ainda dependendo de aprovação do Congresso - visando basicamente a:

a) garantir a renda dos produtores na comercialização da safra 91/92;

b) assegurar uma boa safra de inverno; e

c) criar condições objetivas para um salto expressivo na safra 92/93, talvez até as 80 milhões de toneladas de grãos anunciadas por Collor.

Caso mantenha suas promessas, principalmente as relativas à liberação de recursos em quantidade suficiente e com juros aceitáveis, Collor deverá conseguir o que pretende, redimindo-se com o médio e grande empresariado rural pelas besteiras cometidas na safra anterior.

Ele está tentando implantar a toque de caixa o regime das "forças de mercado" em todas as etapas do processo, do financiamento da produção à armazenagem e comercialização e, ao mesmo tempo, investe em diversas formas de subsídio, da energia elétrica para irrigação, até 90% mais barata, às taxas de juros favorecidas, de no máximo 12% ao ano para os grandes produtores.

Uma no cravo, outra na feradura: o governo cria mecanismos para reduzir a presença do Estado no setor e ao mesmo tempo beneficiar o capitalismo no campo, da agricultura empresarial e de exportação.

Ao que parece, o governo quer ir além: Cabrera tem falado em retomada de desenvolvimento econômico liderada pela agricultura, e há quem acredite que uma "supersafra" vá baratear os alimentos, puxando para baixo o índice da inflação. Além disso, há a geração de divisas com as exportações (também já há quem veja a possibilidade de exportar os "excedentes" da produção de milho, estimados em quatro milhões de toneladas) e a economia proporcionada pela não-importação de alimentos (ano passado a soja rendeu US\$ 2 bilhões, e as importações agrícolas consumiram idênticos US\$ 2 bilhões).

BRIGA. Essa aposta na agricultura tem a ver com o peso dos alimentos no custo de vida - quase 40% - e com a resposta rápida do setor, capaz de contagiar, por tabela, todos os segmentos direta ou indiretamente ligados a ele.

A indústria de máquinas e equipamentos, por

exemplo, já faz as contas para saber quanto ficará com tratores e equipamentos de irrigação, dos US\$ 300 milhões de crédito de investimento do Finame Rural.

Reduzir a inflação via alimentos mais baratos exige que se compre a briga com os atacistas e varejistas e com os problemas estruturais, como armazenagem e transporte. A inflação dos especuladores é superior à dos produtores e tradicionalmente uma boa safra dá lucros a quem comercializa, não às pontas da produção e do consumo.

Preocupado em garantir saltos de produção nas próximas safras, o governo criou mecanismos visando assegurar aos produtores uma boa renda este ano, de maneira a capitalizar o setor. Misturando proteção estatal e novidades de mercado, o Plano de Reconstrução

inclui programas como *warrant-ouro* - um papel avalizado pelo Banco do Brasil e comercializável (um certificado de depósito de produtos em armazéns credenciados) - e redução de impostos (PIS, Finsocial, ICMS sobre os produtos da cesta básica), algo sempre simpático em ano eleitoral.

Outro tipo de subsídio é a possibilidade do Tesouro Nacional cobrir a diferença entre o preço de mercado e o mínimo definido pelo Ministério da Agricultura, se aquele estiver inferior. Aqui poderão ocorrer problemas consideráveis, dado que a comercialização via "mercado" é bastante concentrada, e não custará nada um "acordo de cavalheiros" entre os grandes compradores para se decidir os valores pagos pelo "mercado".

Antes mesmo do anúncio do plano, as lideranças empre-

sariais já se queixavam de que os recursos seriam insuficientes, reivindicando US\$ 2,65 bilhões para armazenagem e custeio da safra de inverno. O governo alongou o prazo do crédito de custeio, liberado ano passado (cerca de US\$ 5,4 bilhões), e deverá injetar apenas mais Cr\$ 300 bilhões (valores de janeiro), garantindo que é o necessário (ou o possível).

QUEM COMPRA. Muito preocupado com a renda dos produtores, até agora o governo não explicou como fará com a renda dos consumidores, principalmente de uma parcela deles, cerca de 90 milhões, que comem menos do que o mínimo. Sim, porque, com a recessão e o desemprego do jeito que estão, vão sobrar alimentos. A exportação de "excedentes" não é tão simples assim: lá fora o mercado é subsidiado, competitivo, e o protecionismo dos países ricos para suas respectivas agriculturas não é pequeno. A exportação de alimentos é moralmente um absurdo e nem sempre um bom negócio, apesar dos seguidos discursos a respeito do livre mercado.

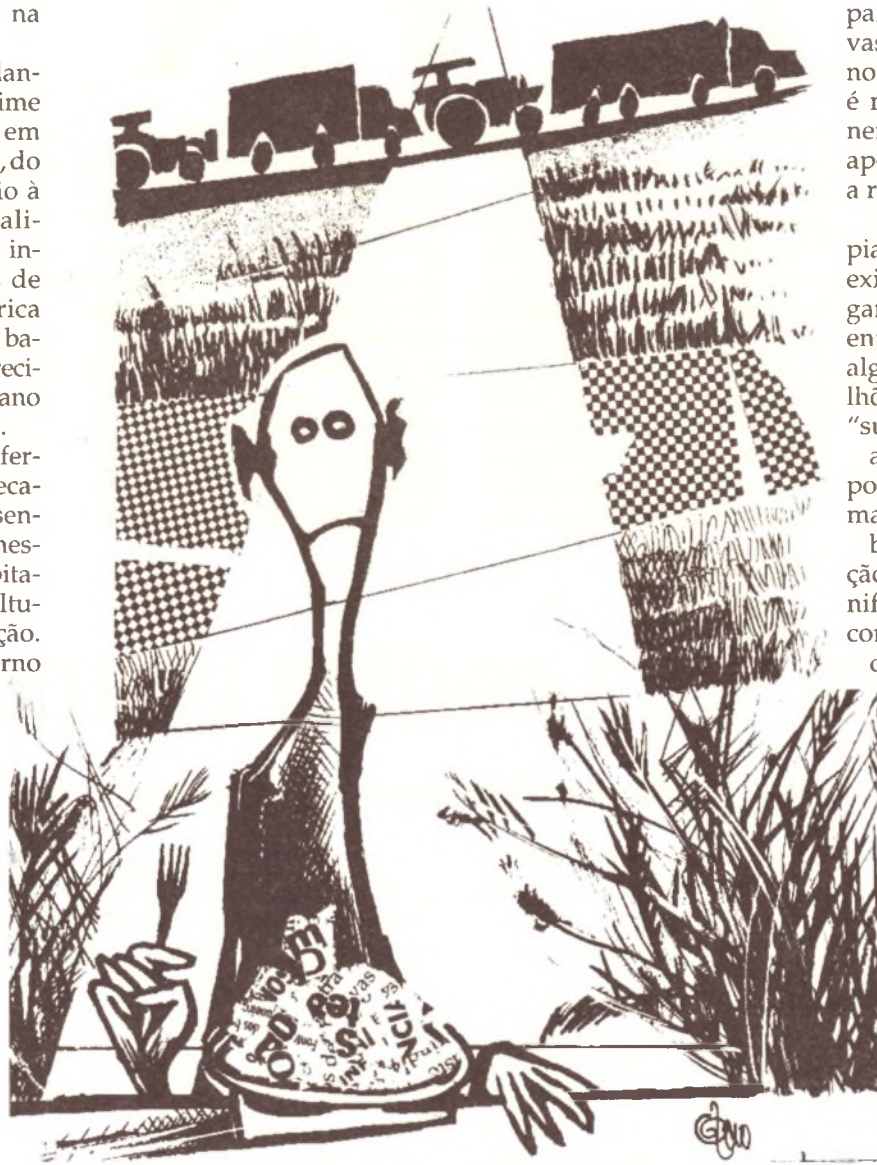
Quanto à supersafra, essa piada de mau gosto, ela nunca existiu, e vai demorar para chegarmos lá. Estimativas de quem entende do assunto apontam algo na faixa de 100 a 120 milhões de toneladas como uma "super", algo possível se:

- os sem-terra forem incorporados à produção, via Reforma Agrária;
- houver uma redistribuição de renda, aumentando significativamente o número de consumidores de comida; e
- os médios e grandes empresários agrícolas utilizarem suas terras, máquinas e capital ociosos para produzir alimentos, e não cana, laranja.

Talvez até se alcance este ano mais de 70 milhões de toneladas. Os números divulgados até agora trabalham com estimativas conservadoras para a safra de inverno, ainda não plantada.

Espera-se oficialmente 69 milhões de toneladas de grãos: 29,6 milhões de milho; 18,7 de soja; 10,8 de arroz (ano passado o Brasil comprou 900 mil toneladas, alcançando o 2º lugar entre os importadores mundiais); 1,7 de feijão e 4,0 de trigo (mais algodão, amendoim, mamona, aveia, centeio, cevada e sorgo). Destaque-se nesses números o fato de que o arroz e o feijão estão em suas marcas históricas - ou seja, comida pro povão não aumenta de quantidade, ao contrário do milho e da soja, utilizados em rações para animais.

MANOEL ALVAREZ



DESTAQUES DO PACOTE

Das medidas do pacote agrícola, além das já citadas, destacam-se:

- Remoção dos estoques de arroz, feijão e milho para locais próximos aos centros consumidores, abrindo espaço para os produtos da nova safra;
- Recredenciamento de mil armazéns. Boa parte dos armazéns com irregularidades e fraudes de todo o tipo haviam sido descredenciados no início do governo Collor. Com essa volta, na prática haverá uma "anistia", negociando-se depois, caso a caso, os processos pendentes;
- Fundo de commodities: fundos de

aplicação financeira, permitindo aos investidores a participação no mercado de futuros agrícola;

■ Incentivo à agroindústria no centro-oeste: créditos e subsídios para a região, a serem definidos em 90 dias;

■ Corredores de exportação: desenvolvimento de sistemas de integração rodovia-ferrovia-hidrovia (ou portos marítimos); e

■ Financiamento para a compra de corretivo de solos (crédito de investimento, juros de 12,5% ao ano).

(M.A.)

Um amontoado de dúvidas

Há sutilezas mal resolvidas
nessa disputa. O voto distrital entra
de tabela na discussão.



Em 100 anos de República (o presidencialismo) deu-nos 54 anos de violência sem lei, de governos opressivos, de degradação de caráter, às vezes de vergonha nacional". Essa afirmação foi feita em 1988 pelo senador Afonso Arinos, o mais destacado defensor do sistema parlamentarista de governo nos dois anos de funcionamento da Assembléia Nacional Constituinte. O PT votou contra o parlamentarismo, temendo que por trás da proposta houvesse uma manobra das elites para cassar o voto popular outorgado ao presidente da República e entregar o poder a um Congresso tradicionalmente conservador. A eleição de Collor, no entanto, um iluminado salvador da pátria com tendências imperiais, tem levado o partido a rever aquela posição. (v. *O PT e o parlamentarismo no Brasil Agora* nº 10, pág. 6).

O predomínio de forças colegiadas sobre o poder de um homem é um dos principais argumentos dos que defendem o parlamentarismo. É o que pensa, por exemplo, o deputado Raul Pont (PT-RS), para quem "a concepção parlamentar de composição colegiada corresponde muito mais ao nosso projeto de sociedade socialista, onde o espírito solidário, coletivo, se sobrepõe ao personalismo e ao individualismo".

DIFERENÇAS. No presidencialismo, de fato, o governo gira em torno da figura do presidente da República. É ele quem nomeia os ministros entre pessoas de sua confiança. Seu poder é praticamente ilimitado durante o mandato fixo para o qual foi eleito, do qual dificilmente pode ser apeado, através de um processo de impeachment. Entre o

presidente e o Congresso Nacional há constantes quedas-de-braço, por causa de seu poder de veto. Por outro lado, a história tem mostrado que o presidencialismo é um triturador de partidos políticos, pelo poder que o presidente tem de "comprar" lideranças políticas.

O parlamentarismo, ao contrário, se baseia no Congresso Nacional, um corpo coletivo de mais fácil controle por parte do povo. O Congresso acumula o poder Legislativo e o Executivo. É um governo de maioria, sempre. Os parlamentares que o elegem, na verdade escolhem um programa de metas políticas e administrativas. Se perde a maioria, o governo cai, isto é, cai o gabinete, composto pelo primeiro-ministro e seus auxiliares, os demais ministros. Se em determinado prazo não escolhe outro gabinete, o próprio Congresso deve ser dissolvido. Convocam-se então novas eleições parlamentares. Finalmente, por causa dessa dinâmica, o parlamentarismo tende a fortalecer os partidos políticos com mais densidade política-ideológica. Estas são, em resumo, algumas das características mais marcantes do

sistema parlamentar de governo, o qual, na prática, tem dezenas de variantes.

Tais variantes distinguem os parlamentaristas conservadores dos progressistas. Por exemplo, que sentido teria a existência do Senado Federal no regime parlamentarista? O Senado, hoje, funciona como a "câmara revisora", isto é, revisa os projetos aprovados pela Câmara dos Deputados. Composto por políticos mais conservadores, com oito anos de mandato, tradicionalmente aborta as leis de interesse mais popular. Como lembra o deputado Raul Pont, a desproporção da representatividade, já muito grande na Câmara, é muito maior no Senado. Nele, um senador eleito por Roraima, estado com cerca de 250 mil habitantes, tem o mesmo peso de outro eleito por São Paulo, com 33 milhões de habitantes. Por isso os progressistas defendem a república parlamentar unicameral.

VOTO DISTRIAL. O sistema eleitoral, no entanto, é a pedra de toque do regime parlamentar. Os conservadores exacerbados defendem o voto distrital puro, enquanto os progressis-

tas querem o voto proporcional. No centro, há os que brigam pelo voto distrital misto. No sistema proporcional, um deputado é eleito com votos recebidos de qualquer parte de seu estado. Um político muito representativo como o deputado Miguel Arraes (PSB-PE), por exemplo, obteve mais de 300 mil votos, espalhados em praticamente todos os municípios de Pernambuco. No sistema distrital, o estado seria dividido em distritos ou colégios eleitorais. Neles seriam eleitos os políticos que obtivessem a maioria simples. Seus adversários, mesmo com grande quantidade de votos, seriam descartados. Por exemplo, seria eleito o candidato que obtivesse a maioria dos votos - digamos, 40% deles - mas não o segundo colocado - digamos, com 38% dos votos. O sistema distrital tende a eliminar as minorias (mais densamente ideológicas), a favorecer o voto útil, criando

CORRIGIR UM, EVITAR O OUTRO

A distorção do sistema de representação parlamentar no Brasil é gritante. Por isso os parlamentaristas querem mudar o sistema. Hoje, nenhum estado tem menos de oito deputados. São Paulo tem o máximo permitido, 60 deputados. Graças a essa mágica, diz o deputado Raul Pont, "dez estados, cuja população somada não alcança 13 milhões de pessoas, elegem 80 deputados federais e 30 senadores. Enquanto isso, São Paulo, com mais de 33 milhões de habitantes, elege apenas 60 deputados federais e três senadores". Pont propõe que a nova representação obedea à proporção de habitantes. São Paulo, com 18,89% dos habitantes do Brasil (cálculo no final de 1989), teria 95 deputados. Roraima, com 0,06%, teria três deputados.

SISTEMA DISTRIAL. O *Jornal do Brasil*, de 16 de março último mostrou como o sistema de voto distrital cria maiorias artificiais e esmaga as minorias. Nas eleições de 1987, na Inglaterra, o Partido Conservador obteve 42,3% dos votos, o que, em termos proporcionais, equivaleria a 275 cadeiras no Parlamento. Graças ao sistema distrital, no entanto, os conservadores ficaram com 375 deputados (57% da Câmara dos Comuns). Já os trabalhistas recolheram 30,8% dos votos, elegendos 229 deputados (35% da Câmara dos Comuns). Mas os liberais-democratas, que receberam 22,6% dos votos, em aliança com os sociais-democratas, conquistaram somente 22 cadeiras. Em termos proporcionais, deveriam ter 147 deputados. Já os verdes, que obtiveram 2% dos votos, não elegendos nenhum deputado, pelo voto proporcional; teriam eleito 13 deputados.

(A.C.Q.)

maiorias artificiais, e a impor o bipartidarismo. Além disso, favorece o absentismo eleitoral. É o que ocorre nos Estados Unidos (com regime presidencialista) e na Inglaterra (parlamentarista).

Os que defendem o voto distrital misto, como no sistema alemão, querem que a metade do Congresso seja eleita pelo voto distrital e a outra metade pelo sistema proporcional.

ANTONIO CARLOS QUEIROZ
de Brasília

20.000
ASSINATURAS

BRASIL
ASSINE AGORA AGORA

EXTRA, EXTRA: BRASIL AGORA
QUER VINTE MIL ASSINATURAS

SÓ VINTE MIL?! FAÇA COMO O
MAGRI: TRINTA MIL. NO MÍNIMO!



PREENCHA EM LETRA DE FORMA. Envie cheque nominal e cruzado a EDITORA BRASIL AGORA LTDA. - Alameda Gleite, 1049 - Sta. Cecília - CEP 01215 - São Paulo/SP - Brasil Fones (011) 220.7198, 222.6318, 220.7718 e 223.2974

NOME _____
END. _____
Nº _____ APTO _____
MUNICÍPIO _____
FONE _____ UF _____ CEP _____
PROFISSÃO _____

- Assinatura 12 edições Cr\$ 22.000,00
- Assinatura para o exterior US\$ 50,00 (semestral)
- Assinatura 25 edições (anual) Cr\$ 46.000,00
- Assinatura de apoio (anual) Cr\$ 72.000,00

OS DONOS DE BANCO

O governo Collor mudou. A escolha dos novos ministros dá o tom da nova administração. O próprio Collor mudou. Perdeu seus arroubos juvenis; está menos exibicionista, mais amadurecido.

Essa tese vem sendo difundida amplamente. Vem como complemento da onda de combate à corrupção que assola o país. Quanto mais forem mostradas as estrepolias e a grossura ou as torpezas e baixarias de Lutzenberger e Cláudio Humberto, de Magri, Zélia, Alcení e Margarida, mais se verá como são bons o novo porta-voz Pedro Luiz e Marcílio, Bornhausen, Jatene e Goldenberg. O governo Collor vai avançar, portanto.

Os Problemas com esse argumento vêm da direita e da esquerda. Do lado conservador é preciso saber se a reforma ministerial está ou não completa. Se não está, a parte velha do ministério que ainda não caiu continuará atrapalhando e a nova não deslanchará.

GAIOLA. Não está, dizem editoriais de O Estado de S. Paulo e analistas famosos, como Carlos Castello Branco e Villas Bôas Corrêa. Falta reorganizar o comando político do Planalto. Particularmente, falta trocar o general Agenor e o ministro da Justiça Jarbas Passarinho.

Passarinho e Agenor podem ser chamados a depor em CPI do Congresso nos próximos dias, sob acusação de terem ignorado as queixas de Volnei Ávila. Bornhausen e Ricardo Fiúza, o novo ministro da Ação Social, tomaram o lugar de Passarinho, de coordenador político do governo. O general Agenor, por sua vez, está preso ao passado. Sua grande idéia para proteger o governo Collor de incômodos como o da fita Magri-Volnei foi a de ressuscitar os órgãos de segurança e informação da época da ditadura - os 50 mil agentes que o SNI espalhou por ministérios, empresas e instituições estatais naquele período.

Se quiser, Collor pode usar a CPI para deixar Passarinho e Agenor darem mais uns passos na direção do rol dos velhos companheiros. Mesmo que não queira, como está se afastando mais do comando direto da política, poderá ver Passarinho e Agenor serem fritados por inspiração direta de seus novos companheiros, Fiúza e Bornhausen, que têm luz própria e não devem a Collor tanta obediência.

Isso provocará atritos, que já são visíveis no PDS e no PTB, por exemplo, forças auxiliares do bloco governista. A ala mais radicalmente malufista do PDS, que deve estar com um pouco mais de 50% do partido, não está vendo as manobras da dupla Bornhausen-Fiúza com sossego. O grupo mais tradicional do PTB, minoritário, também não viu com bons olhos a derrubada do líder Gastone Righi e sua substituição por um pecuarista, tipo Antônio Cabrera, por inspiração da nova dupla.

Com um virtual empate de votos no Congresso entre as forças governistas e as das oposições, é claro, portanto, que a nova fase do governo Collor está longe de ser estável, tranqüila.

Pela esquerda, o novo Collor ainda não é bem compreendido. Há os que se fixam no legalismo que se instalaria com os novos ministros e que facilitaria a luta política, expurgando-a de excrescências.

PODER REAL. Se isso pode ser verdadeiro, pode no entanto ser, também, irrelevante. Os "andrajos e a traparia imunda", como diz o colunista Villas Bôas Correa, que vêm à tona com as denúncias de corrupção, são, infelizmente, um problema menor nas desgraças brasileiras. O governo está segurando a recessão sem choques graças a uma política brutal de elevação dos juros. E está bancando os acordos com os credores externos com uma maciça compra de dólares para elevar as reservas cambiais e garantir o pagamento de atrasados, cada vez maiores. Faz isso com a política do Banco Central, o governo invisível e, de certa forma, mais poderoso da República.

O Banco Central vende títulos do Tesouro Nacional e o governo paga os juros. A dívida pública atingiu 154 trilhões de cruzeiros em fevereiro, perto de 80 bilhões de dólares. O Banco Central pagou, pela sua rolagem por 30 dias, 4% de juros reais. Marcílio e Bornhausen, dois banqueiros, têm dito aos empresários que o governo pretende baixar os juros para 2% reais ao mês - ou seja, ainda mais de 30% "reais", acima da inflação, ao ano.

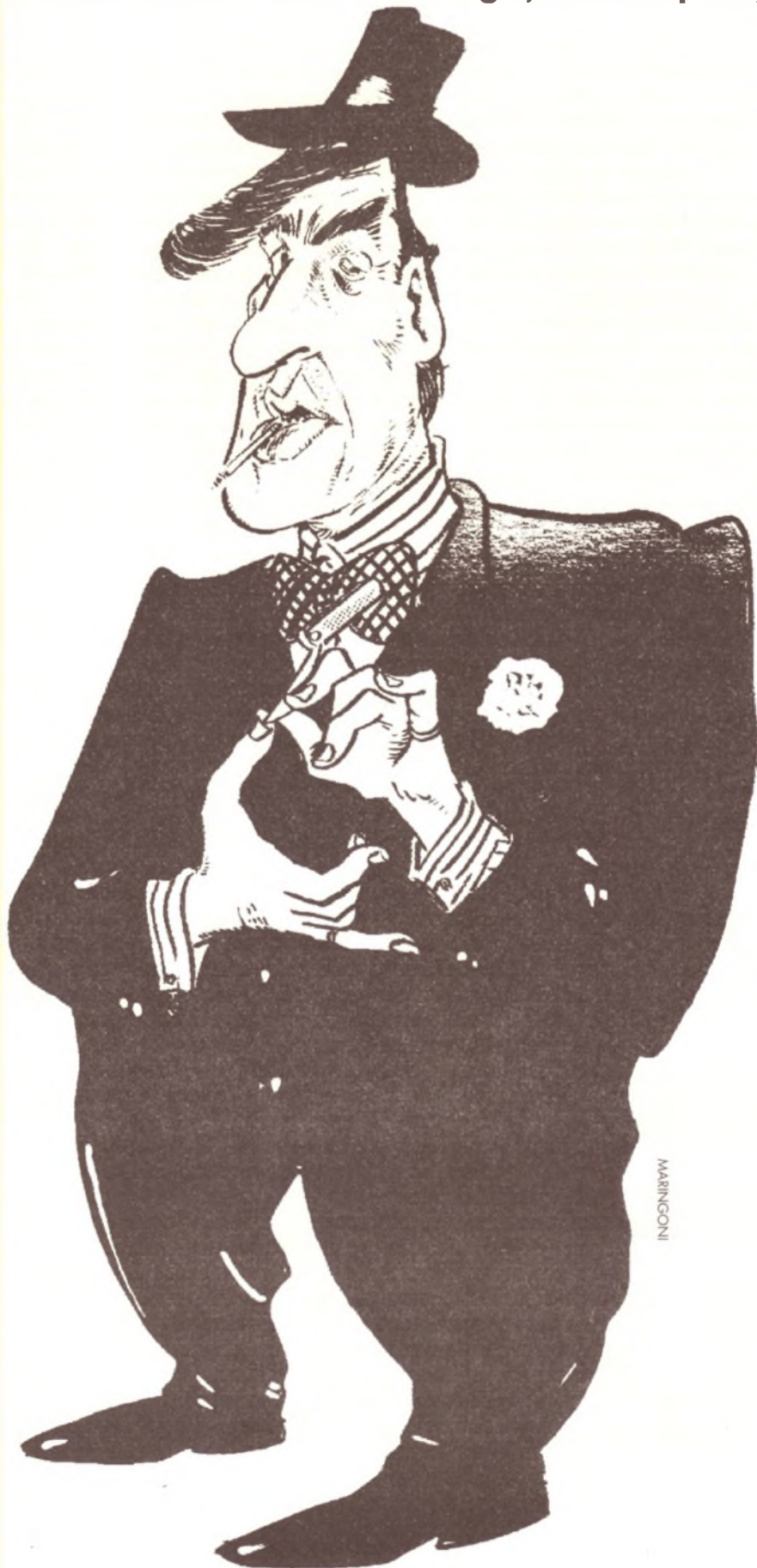
Nesse contexto é que se compreende porque os bancos estão captando dinheiro no exterior. No último dia 23, o Unibanco pegou 100 milhões de dólares através de eurobônus, pagando 10,5% ao ano, uma taxa altíssima - 4,62% acima da que está sendo paga pelo Tesouro dos EUA.

Mas, evidentemente, compensa para o Unibanco trazer esses dólares para o Brasil, transformá-los em cruzeiros para emprestar aqui, em última instância ao governo, que lhe pagará 40%.

Bobo é Magri, que nessa hora de trazer dólares para cá pode ter - sonho de novo rico - pensado em abrir conta na Suíça. Magri é um coitado, comporta-se como ladrão de banco. Não como dono de banco.

OS LADRÕES DE BANCO

Magri, Zélia, Rosane Collor, Alcení, Margarida Procópio... De cada um destes galhos, ramificações várias: enquanto o país ensobrece engolfado pela recessão, a árvore da corrupção emerge frondosa no Planalto? Os frutos bichados, os galhos poderes, as ervas faninhas. Mas, onde as raízes profundas? Qual o limite entre o crime flagrado e os crimes institucionalizados contra a economia popular? Quem, além do funcionário corrompido, colhe os frutos? Quem pode aceitar, com consciência tranqüila, que o próprio Collor seja deixado de lado na investigação e na punição dos criminosos?



As denúncias contra ex-integrantes do governo Collor caíram, nos últimos dias, com as investigações sobre o famoso passeio de Magri por Genebra, na Suíça, no dia 5 de junho do ano passado, no gosto da chamada opinião pública: surgiu dica quente para localizar a loira misteriosa que estava com ele naquele dia. Ela seria Dirce Arruda, que viajou no mesmo avião que o ex-ministro do Brasil para a Europa, no dia 31 de maio; esteve com o nosso herói por quatro dias depois do norte da Itália e interior da Suíça, antes do fatídico dia 5, quando duas repórteres brasileiras flagraram Magri comprando um relógio Rolex, acompanhado por duas mulheres - uma delas, a loira. Dirce parece até ter sido inventada para alimentar as pautas dos jornais: tem 47 anos e ainda é bela, enxuta; é rica; é casada e tem ligações políticas - é cunhada do secretário da Saúde interino do governo do Acre!

Como descobrir a prova para pôr Magri na cadeia? A meia confissão de culpa que existe na gravação feita por Volnei Ávila, onde Magri diz ter recebido 30 mil dólares de uma empresa, não basta para condená-lo, dizem quase todos os juristas. Magri pode ter depositado dinheiro na Suíça, imagina-se. "Se fizerem perguntas a Dirce Arruda, talvez encontrem alguma pista", conclui na sua edição do dia 25 de março, a revista *Veja*, que está na dianteira do esforço para pegar o ex-eletricista-ministro.

O Senado criou mais uma CPI para investigar a corrupção no governo. A Câmara reorientou uma CPI que já existia - e fala em criar uma nova. Já imaginaram, nos próximos dias, dona Dirce, no Congresso, sendo obrigada a confessar suas relações com Rogério? Como reagirá o marido, um pecuarista?

TODOS OS CASOS. Os principais casos de corrupção da



Gente fina, coisa fina: na campanha presidencial, Collor usava jatinhos emprestados por empresários amigos. Pura cortesia...



Gente importante, ato delirante: já presidente, Collor passeia numa moto contrabandeada. A lei, ora a lei...



Gente poderosa, mundo cor de rosa: o carro oficial da presidência é presente. "Sem compromisso", é claro.



O caminhão cheio de cestas básicas da LBA "Coincidência". Leopoldo Collor, o primeiro irmão, chefiava operações mais discretas que as de Rosane, a primeira-dama.

onda atual envolvem quase todas as grandes figuras que caíram do governo nos nove meses que vão da saída de Zélia, em maio passado, à última reformulação ministerial, fevereiro deste ano. O caso de Zélia é o famoso "escândalo do café". A ex-ministra da Economia e três assessores, entre os quais Ricardo Mesquita, eram os únicos a saber de uma decisão de alterar as regras de exportação de café brasileiro em março de 1991. Este fato vaza para o mercado antecipadamente e provoca ganhos de dezenas de milhões de dólares para algumas pessoas e empresas, entre as quais o grupo Ribeiro, financiador do PRN de São Paulo e ligado a Leopoldo Collor. Há poucos dias foi iniciado um processo-crime contra Mesquita, em cuja contas bancárias a justiça localizou três depósitos suspeitos somando aproximadamente meio "magri". Um "magri, 30 mil dólares, é a nova unidade de corrupção, para o caso de pequenos roubos no governo).

O caso Rosane Collor envolve algumas dezenas de contratos irregulares e desvios de verbas e materiais da LBA, especialmente em São Paulo e Alagoas. Os que chamaram mais a atenção são os que envolvem os familiares da primeira dama. É um contrato de 3 "magris" para um fornecimento de água que nunca foi feito, para a empresa de um primo de Rosane, em Canapi. E outro, de 6 "magris, para uma associação beneficente, dirigida por uma cunhada sua, organizar cursos profissionalizantes para costureiras e o ensino de técnicas a criadores de cabra, sem que existissem as costureiras ou os cabreiros. Uma sindicância interna determinada pelo novo presidente da LBA, Paulo Sotero, terminada há poucos dias, não investigou, no entanto, o papel de Rosane nas irregularidades. Em conseqüência, a Procuradoria da República

pode pedir novo inquérito à Polícia Federal.

Dos três que caíram em desgraça, mais recentemente, o caso de Alcení é o que está mais adiantado. O Supremo Tribunal Federal, onde serão julgados os graúdos se os processos forem em frente (o presidente também é julgado no STF, se o Congresso autoriza), já se pronunciou e autorizou a PF a ouvir o ex-ministro e ele já depôs. O caso Alcení trata basicamente de suborno dos dirigentes da Fundação Nacional da Saúde por parte de empresas - como a hoje famosa Lojas do Pedro, de Curitiba e a multinacional ICI, Imperial Chemical Industries - que forneciam ao Ministério desbolicetas para agentes de combate à cólera até remédios.

O dossiê de Margarida Procópio é o mais leve e mais recente. São duas as acusações mais específicas contra ela: uma, quanto à obra da Odebrecht no Acre, que também figura no dossiê de Magri; e a outra, quanto a uma obra na terra do governador Fleury, pela empreiteira OAS, do genro de Antônio Carlos Magalhães. Nas duas estão denunciados superfaturamentos. A ex-ministra já depôs na CPI do Senado. E a despeito de estar se retirando com o marido, também funcionário público, para uma vida em Petrópolis sustentada por aposentadorias múltiplas cuja soma se aproxima legalmente de meio "magri" por mês, de todos os velhos companheiros de Collor é a que parece estar mais tranqüila.

O CASO COLLOR. Para Leonel Brizola, trata-se de uma campanha para "caçar ladrões de galinhas" e esconder o desvio de dinheiro público para os bolsos particulares, com a venda de estatais por moedas podres.

Um dia depois de ter denunciado a campanha contra os ladrões de galinha, no entanto, Brizola elogiou o presidente; comparou-o a Juscelino, pelo

clima de liberdades existente no país e pelo que ele considera o relacionamento exemplar de Collor com os governadores e prefeitos. Referindo-se à campanha contra os ministros como uma manobra para alterar o rumo do governo, sugeriu que "ninguém conseguirá dobrar Collor à base de pressão humilhante".

A argumentação de Brizola enfrenta duas objeções:

1. Se é verdade que a campanha contra os corruptos sempre foi, na história brasileira, um instrumento da direita para acobertar as questões de fundo da injusta estrutura social do país, não é menos verdade que a corrupção precisa ser combatida e não apenas a partir de reformas estruturais, mas também por denúncias precisas, imediatas, como muitas das que a oposição em geral e a esquerda particularmente vem fazendo.

2. Não se pode preservar Collor em relação aos descabros praticados por ou sob a supervisão de seus ministros. Quem pode aceitar, com a consciência tranqüila, que o presidente Collor seja deixado de lado num inquérito para saber se houve ou não crime eleitoral em Alagoas na entrega de perto de 250 mil cestas básicas - suficientes para metade da população do estado - pela LBA, exatamente nas vésperas do segundo turno, quando o Palácio do Planalto estava determinado a esmagar o dissidente Renan Calheiros, nas eleições para o governo? Quem pode considerar o Presidente inocente no "escândalo do café", se os irmãos Ribeiro, que abrigam o PRN em São Paulo, são os mesmos que deram os seus jatinhos *Citation November N 60 MP* e *Diamond Mitsubichi PT 1 NN* para Collor fazer sua campanha presidencial, como provou o deputado José Dirceu?

Collor escolheu Magri para ministro sem conhecer sua história de trapaças e negócios de

má fama? Não. A escolha deveu-se exatamente à história do ex-sindicalista. Ele era um dos anti-Lula mais notórios; pelego, corrupto e direitista.

Ao que tudo indica, Magri recebeu presentes para mover a máquina governamental segundo as próprias leis dessa máquina.

Collor pode ser responsabilizado politicamente por fazer pior: ele está conduzindo o processo de mudança das leis que regem a máquina do Estado num sentido que favorece os grandes interesses econômicos, nacionais e estrangeiros. O que causará mais prejuízos aos países: a viagem do diretor da FNS e de sua namorada a Londres, paga pela Imperial Chemical, ou a mudança nas leis da propriedade industrial para reconhecer as patentes farmacêuticas que interessam a Imperial Chemical?

Collor também não poderia ser acusado por ter ganho o computador PS-2, que a IBM e a SID Informática lhe deram depois de ter comandado a destruição da reserva de mercado da informática? E andar de moto Kawassaki contrabandeada e favorecer os interesses dos importadores de produtos de luxo é menos feio que ser ladrão de bicicletas?

E O POVO? O problema é que os mecanismos formais à disposição dos que querem punir os corruptos e mesmo responsabilizar o presidente são ardilosos e facilmente manipuláveis pelos espertos.

A sessão da CPI que ouviu Magri tornou-se uma tribuna para ele despejar lama em Volnei Ávila, conhecido e frassado delator que Collor puxou cinematograficamente para a direção do INSS quando armou, no início do ano passado, a sua segunda operação de "caça aos marajás".

Os mecanismos da polícia e do judiciário não são menos difíceis. A nossa Justiça é de um

formalismo cruel: cada juiz, cada procurador, cada tribunal parece destinado a ficar parado e fechado em caixas estanques que só se deveriam mover por interesses externos. O presidente do Tribunal de Contas do estado do Acre, José Eugênio Leão Braga, chegou a dizer a seguinte pérola: "É evidente que os recursos (para a Odebrecht na obra do Acre) foram negociados pela empresa nos gabinetes de Brasília. O que o governo (do Acre) fez foi apenas garantir, através da licitação, que a Odebrecht executasse a obra". Não houve ilegalidade, no entanto, disse o juiz.

Ou seja: se tudo foi arranjado para cumprir os ritos formais, está tudo bem.

De que modo sair desse labirinto formalista? O presidente do PT, Luis Inácio Lula, deu uma idéia: formar uma comissão que extrapole as instituições formais - que tenha, além de deputados, juristas, também trabalhadores, entidades variadas. Essa comissão buscaria achar as raízes comuns da multidão de casos, cuja repetição diária nos jornais e tevê vai transformando a corrupção num barulho de fundo, que incomoda, mas que acaba virando parte normal do dia-a-dia.

A sugestão de Lula, se realizada, talvez contribuísse para despersonalizar o problema, para afastar essa conclusão medíocre e racista de que a corrupção está nos gens da espécie humana. O problema não é pessoal, em primeiro lugar; é de estrutura.

Como disse o colunista Jânio de Freitas, que adianta Collor ter agora um ministro da Economia e um secretário de Governo muito educados, que fazem parte da mais fina elite brasileira e são donos de bancos e não assaltantes de bancos, se a política econômica é criminosa?

RAIMUNDO RODRIGUES PEREIRA

MANAUS

TUCANO DE BICO SUJO

Irregularidades na administração do prefeito de Manaus, Artur Virgílio Neto (PSDB), já somam cerca de 20 milhões de dólares. Superfaturamento de obras e serviços, desaparecimento temporário de um empréstimo bancário e licitações fraudulentas são algumas das falcatruas apontadas pelo Tribunal de Contas dos Municípios e pelos vereadores João Pedro (PT), Serafim Corrêa (PSB), Vanessa Groziotin (PCdoB), Osmar Aziz (PDC) e Mário Frota (PST). A Secretaria da Saúde está sendo acusada de malversação de verbas do Ministério da Saúde destinadas ao combate do cólera. Um poço artesiano, que deveria custar Cr\$5,4 milhões, foi pago para a empresa P.F. Gomes por Cr\$9,8 milhões. Em outra oportunidade a mesma empresa foi contratada para abrir e construir mais três poços artesanais pelo valor de 100 milhões de cruzeiros. Com esse valor poderiam ter sido construídos 18 poços e ainda sobriaria dinheiro. Outra acusação contra a administração Virgílio Neto foi o superfaturamento no contrato para a construção de uma escola com cinco salas de aula. A Secretaria de Obras firmou contrato com a empresa Gama Barras Construções no valor de Cr\$ 217 milhões, quando o governo do estado do Amazonas pagou Cr\$ 180 milhões para construir uma escola com 12 salas de aula, praticamente no mesmo período do contrato firmado pela prefeitura

DINHEIRO VOANDO. A corrupção na prefeitura de Manaus envolve também o estranho desaparecimento de 5 milhões de cruzeiros novos, que foram conseguidos junto ao Banco Comercial e Industrial (BIC), em 1989. O dinheiro ficou "voando" durante dez dias, sem aparecer na conta da prefeitura, enquanto o banco cobrava 3% de juros ao dia. Mas depois que o dinheiro reapareceu e foi aplicado, o resultado da operação não apareceu nas contas da prefeitura.

O relatório do TCM do Amazonas denuncia também que a prefeitura de Manaus não aplicou, em 1989, 25% do seu orçamento no setor educacional como mandam as Constituições Federal e Estadual. Outra irregularidade refere-se à licitação para coleta de lixo. As empresas Marquise, Tumpex e Senal não tinham capacidade técnica nem idoneidade financeira exigidas pelo edital. Mas foram as vencedoras da concorrência. Mais grave: a medição da coleta de lixo é feita pela própria empresa e atestada (para efeito de pagamento) pelo prefeito e pelo secretário do setor.

A prefeitura também é acusada de ter gasto de forma irregular Cr\$ 34,8 bilhões em obras e serviços. Quarenta e nove contratos estão irregulares, pois não foram elaborados projetos nem por parte da prefeitura nem por parte das empresas contratadas.

(P.R.F.)



SALÁRIOS

Um milhão pelo mínimo

Centrais lançam campanha por um milhão de assinaturas em apoio a projeto de iniciativa popular

Com a assessoria do Dieese, as três centrais sindicais e a Contag estão se reunindo para iniciar a mobilização nacional em torno a um projeto de iniciativa popular para recuperar o poder de compra histórico do salário-mínimo. O conteúdo final do projeto será definido no dia 30 de março.

De acordo com Jair Menequelli, o objetivo será o de propor uma política de gradativa elevação real do mínimo, sem deixar de compatibilizá-lo com a oferta e a demanda da economia. A meta seria alcançar o valor de 400 dólares.

O tema é de máxima urgência. O salário-mínimo de Cr\$ 96.037,33, já bastante aviltado, está congelado desde janeiro, em razão dos vetos que o governo Collor impôs à lei nº 8.022 de setembro de 1991. O Executivo não havia tomado até o fechamento desta edição a iniciativa de enviar para a apreciação do Congresso um projeto de lei regulamentando o artigo 7º da Constituição, definindo o valor, a metodologia de cálculo e uma sistemática de reajuste do salário-mínimo.

Trinta milhões de trabalhadores dependem diretamente do salário-mínimo para sobreviver. Como pela legislação em vigor só têm reajustes integrais aqueles que recebem até três sa-

lários-mínimos (cerca de 60% da população economicamente ativa), a queda do mínimo puxa para baixo o salário da maioria. O salário-mínimo é assim o principal instrumento de combate à pobreza. Uma política permanente de elevação real do mínimo seria uma peça-chave na busca de um modelo econômico alternativo, com um novo perfil de investimentos industriais e agrícolas.

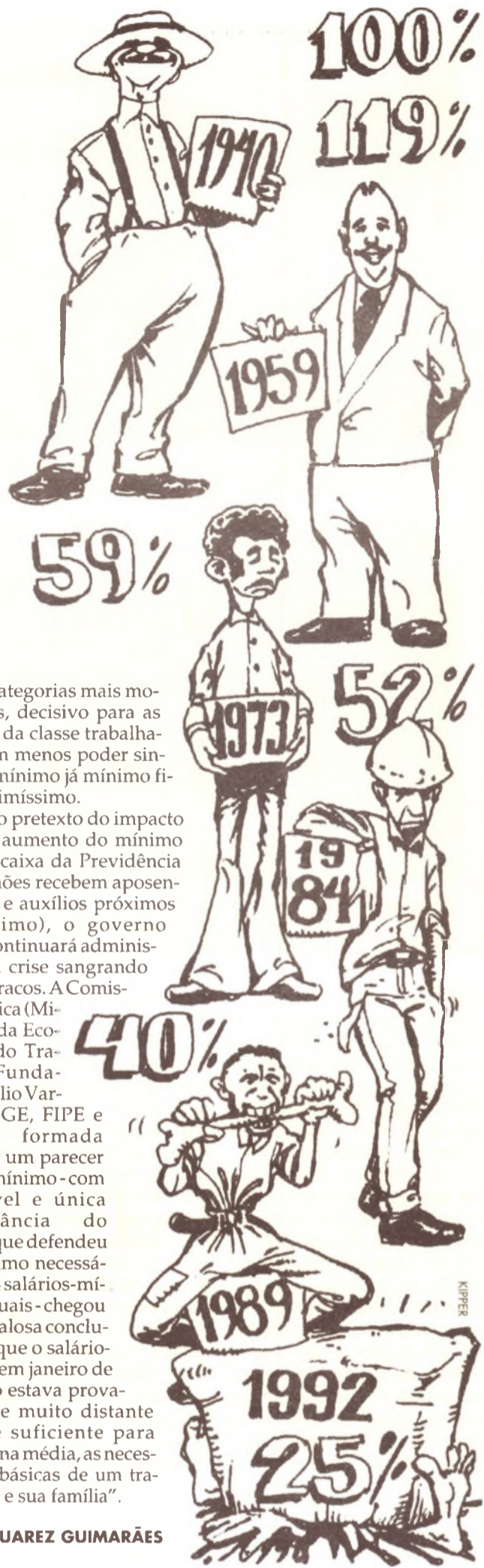
ANTI-CIVILIZAÇÃO. Concebido para ser um meio de proteção social, o salário-mínimo é nesta década o símbolo maior da anti-civilização que o capital criou no Brasil. Em 1960, ele comprava 165 quilos de arroz ou 429 litros de leite. Trinta anos depois, ele compra só 65 quilos de arroz ou 135 litros de leite.

É, porém, um indício mais de injustiça do que de miséria. O Senegal, com um PIB/per capita de 250 dólares, tinha em 1990 um salário-mínimo de 100 dólares para 40 horas de trabalho semanais. O Brasil, com um PIB/per capita de 2.020 dólares, tinha no mesmo ano um salário-mínimo de 67 dólares para uma jornada semanal de 44 horas. Um fato importante é que o mínimo continuou caindo mesmo após o fim da ditadura militar. De lá para cá, perdeu cerca da metade do poder aquisitivo. Sempre secundarizado nas pau-

tas das categorias mais mobilizadas, decisivo para as parcelas da classe trabalhadora com menos poder sindical, o mínimo já mínimo ficou minimíssimo.

Sob o pretexto do impacto que um aumento do mínimo teria no caixa da Previdência (9,3 milhões recebem aposentadorias e auxílios próximos do mínimo), o governo Collor continuará administrando a crise sangrando os mais fracos. A Comissão Técnica (Ministério da Economia, do Trabalho, Fundação Getúlio Vargas, FIBGE, FIPE e Dieese) formada para dar um parecer sobre o mínimo - com a notável e única discordância do Dieese, que defendeu um mínimo necessário de 5,4 salários-mínimos atuais - chegou à escandalosa conclusão de "que o salário-mínimo em janeiro de 1992 não estava provavelmente muito distante daquele suficiente para atender, na média, as necessidades básicas de um trabalhador e sua família".

JUAREZ GUIMARÃES



PRIVATIZAÇÕES

Já estão minando a Petrobrás

A entrega começa pelo leilão do setor petroquímico, o mais lucrativo da empresa.

Estratégico para a economia de qualquer país, o setor petrolífero-petroquímico no Brasil vai na direção contrária à maré dominante hoje no mundo para este ramo de atividade. Em uma área onde está consagrado o modelo integrado petróleo-petroquímica e em que seis das oito maiores empresas do mundo são estatais, o governo Collor começa dia 10 de abril o processo de entrega das indústrias petroquímicas do sistema Petrobrás, agrupadas na Petroquisa.

A primeira da lista é a unidade da Petroflex, no Pólo Petroquímico de Triunfo, uma indústria de segunda geração que produz borracha sintética (usada em pneus, autopeças, artigos esportivos), que vale US\$ 350 milhões, mas será oferecida em leilão por US\$ 180 milhões.

"É o começo da inviabilização da Petrobrás, a preparação para que ela seja privati-

zada", adverte Heitor Lermen, presidente do Sindicato dos Trabalhadores do Pólo Petroquímico de Triunfo (Sindipólo).

Com a entrega das indústrias petroquímicas da Petroquisa, a Petrobrás perderá o seu setor mais rentável. No mundo todo, os dois segmentos atuam interligados, pois o petroquímico, extremamente rentável, financia os altos custos enfrentados pelo setor petrolífero.

LIQUIDAÇÃO TOTAL. No Brasil, o setor petroquímico fatura US\$ 11 bilhões por ano, que, ao final do processo de privatização, vão passar quase que totalmente para as mãos dos empresários. A Petroquisa hoje controla quatro empresas e é coligada a outras 30, mas o BNDES já programou a venda dessa participação em mais de 20, incluindo as três centrais de matérias-primas (a Copene, Bahia; Copesul, Rio Grande do Sul e Petroquímica União, São

Paulo). O impacto da venda das indústrias petroquímicas sobre a lucratividade da Petrobrás será violento. De 1987 a 1989, a Petrobrás teve um lucro líquido de US\$ 765 milhões, US\$ 682 dos quais provenientes da Petroquisa.

O Sindipólo vem conduzindo há meses uma campanha contra a entrega da Petroflex e da Copesul, sempre alertando para os perigos dessa negociata para o sistema Petrobrás e para a economia brasileira.

DEPENDÊNCIA. O leilão da Copesul está marcado para 15 de maio, também com preço aviltado. É a mais moderna das três centrais do país e vale US\$ 2 bilhões, mas está avaliada em US\$ 784 milhões. Além de impedir esta entrega, o Sindipólo insiste na retomada da bandeira de ampliação do Pólo de Triunfo, idéia que ainda hoje entusiasma o Senador Pedro Simon (PMDB), que no final do man-

dato de José Sarney obteve do Governo Federal a autorização necessária.

O presidente do Sindipólo, Heitor Lermen, explica que com recursos próprios (US\$ 400 milhões) a Copesul pode ampliar sua produção em 60%. Mas antes, insiste, é preciso aprovar o projeto do deputado Raul Pont (PT-RS) que exclua Copesul do programa de privatização. O governador Alceu Collares (PDT) prometeu apoio, mas por enquanto ficou apenas nas palavras.

Se este processo não for barrado, adverte Heitor, em breve o Brasil terá um setor petroquímico atrasado tecnologicamente e a médio prazo ficará numa posição subalterna no mercado mundial de petróleo e produtos petroquímicos, o que ampliaria ainda mais nossa dependência econômica.

JOSÉ LIMA, de Porto Alegre

O vale-tudo sem ética

Marketeiros ensinam a deixar de lado os princípios e jogar sujo para ganhar eleições

Atenção para estas formas de conseguir dinheiro para a campanha eleitoral: "Muitas empresas têm que investir na política até como condição de sobrevivência. É o caso do setor de transportes coletivos. O empresário depende do voto dos vereadores para aprovar os aumentos das tarifas. Ele tem que manter excelente relacionamento com o poder Legislativo e com o poder Executivo. Então, vocês têm que pegar quem precisa de trânsito, de bom relacionamento, na área empresarial, dentro do poder, pois esses são os alvos susceptíveis de obter financiamento, de obter apoio". Servem também "as empreiteiras, empresas de coleta de lixo e serviços funerários". Há ainda a chamada "vantagem concorrencial", pois "quem fornece para o poder público também é fonte de arrecadação". Caso você queira desfilar no bloco dos eleitos como as escolas de samba na Sapucaí, não despreze o dinheiro do jogo do bicho, afinal, "escrúpulos têm hora, se você não pegar, o dinheiro vai para o adversário".

Esses são trechos do seminário de marketing político 1992 - *uma eleição diferente*, realizado em Florianópolis, no dia 12 de março, por um trio que já fez mais de 80 atividades desse tipo em oito anos de experiência: Ronald Kuntz, Tadeu Comerlatto e Claudino Kostecki. Este ano eles devem totalizar 20 seminários. No caso de Florianópolis, o seminário foi aberto. Em São Paulo, o PRN contratou os três para 14 cursos em todo o estado. No Paraná, os clientes são o PMDB, o PST e o PFL. O custo do seminário é de 6 mil dólares. Ronald Kuntz - autor das citações iniciais - é diretor-presidente da empresa paulista Brasmart, especializada em marketing político, além de ser analista de pesquisas da Perfil, da qual Tadeu Comerlatto é diretor. Claudino Kostecki também trabalha com a Perfil. Eles são autores dos livros *Segredos do Sucesso Eleitoral*, *Manual de Campanhas Eleitorais*, *A Eficiência a Serviço do Candidato* e *Técnicas para Arrecadação de Fundos em Campanhas*.

MANDAMENTOS. Outra situação colocada no seminário por Kuntz: "O empresário não tem como lançar na contabilidade o apoio, muitas vezes o caixa dois fica difícil de operar. Então, é muito importante que vocês montem esquemas com fornecedores de materiais e serviços". Pragmático, cita "um macete que muito candidato usa pra conseguir dinheiro vivo: ele vai na gráfica, o orçamento de 10 mil adesivos é de Cr\$ 100,00, ele apresenta a previsão orçamentária com Cr\$ 150,00. O empresário paga Cr\$ 150,00 e o dono da gráfica bota Cr\$ 50,00 no bolso do candidato". Entre os 12 mandamentos

no processo de comunicação, também apresentados por Kuntz, alguns lembram os métodos de Collor no 2º turno, em 1989. "Ataque em baixo nível só vale quando você não tem mais nada a perder". Ele desaconselha o ataque frontal para quem tem chances eleitorais, mas se você sentir que "precisa de um fato para tentar reverter as eleições", então, aí é hora de usar toda a munição. É o chumbo grosso. Agora, cuidado, pois o eleitor é refratário a esse tipo de ação, adverte. "Normalmente, os candidatos usam o testa-

de-ferro para se preservarem", lembra. Já contra a "força destrutiva de um boato" a solução, para ele, é "gerar um contraboato". Exemplo: "Se há um boato contra sua honra, então, o que vocês fazem, eu já vi um candidato fazer isso, é imprimir um folheto aprócrifo contra ele mesmo, soltar na cidade e aí ele tem pretexto para se posicionar".

ÉTICA?! Kuntz insiste: tudo o que dizem no seminário não são conselhos, mas "constatações do que existe". Concorda

que essa realidade "deixa a desejar em termos de ética". Para ele, enquanto não houver uma "legislação realista" que normalize as contribuições aos fundos eleitorais, o jeito é mostrar aos candidatos formas de remediar a situação, mesmo à margem da lei ou de princípios éticos. Garante, ainda, que o seminário não defende tais práticas e que tem "o mérito" de levantar essas polêmicas para o debate. Contudo, entra em contradição quando ouve algumas frases pouco ortodoxas citadas aqui e tiradas do semi-

nário. "Só se deveria apresentá-las em círculo fechado", admite. O advogado José Antônio Póvoas, diretor da Subsecretaria Judiciária do TRE de Santa Catarina, diz que, se receber algum pedido de investigação do conteúdo do seminário - para verificar possível indução a crimes eleitorais -, pode pedir esclarecimentos aos seus organizadores. O PT, que teve representantes no seminário em Florianópolis, deve fazer essa solicitação ao Tribunal.

CLÁUDIO SCHUSTER,
de Florianópolis

OPÇÃO EM VÍDEO PARA QUEM NÃO GOSTA DE ASSISTIR CALADO



A TVT leva para o vídeo os temas que você não encontra na sua locadora, registrando a vida dos trabalhadores e da sociedade através da lente crítica e transformadora da esquerda brasileira. A TVT trabalha para quem discute, entende e muda a história.

guagem irreverente da REDE POVO que tomou conta do horário eleitoral gratuito.

NICARÁGUA: ENTRE A GUERRA E O SONHO

A história de um povo marcado pela fome e pela guerra. A busca da democracia e uma análise da situação que culminou na derrota de Daniel Ortega nas eleições presidenciais. Uma luta apaixonada entre a guerra e o sonho.

VERDE VERDADE

A vida dos seringueiros e sua luta contra a exploração e o medo. O assassinato de Chico Mendes: da reconstituição do crime até os lances finais do julgamento. A continuidade da luta e os novos líderes jurados de morte.

Melhor produção do Hemisfério Sul e Menção especial do júri no Festival de TV/Vídeo de Genebra, Suíça. 1º Prêmio no Festival de Cine Documentário de Salerno, Itália.

BALBINA, O MARCO DA DESTRUIÇÃO

A história de um escândalo que não veio à tona. 500 mil hectares de mata submersos, índios afastados do seu ecossistema, o envenenamento das águas e a morte tomando conta das margens de um rio.

1º Prêmio no Festival de Cine Documentário de Salerno, Itália.

1º CONGRESSO DO PT

Um acontecimento histórico dentro dos movimentos de esquerda no Brasil e no mundo. As participações internacionais, a posição das tendências, a discussão do socialismo, a posição da militância, os eventos paralelos... Um resumo dos fatos mais marcantes que determinaram a postura do partido diante da problemática nacional e internacional.

4º CONCURTO / CUT 8 ANOS POR UMA VIDA MELHOR

Os acontecimentos que marcaram o 4º Congresso, desde as discussões sobre as teses até as principais resoluções e diretrizes aprovadas para a gestão da CUT nos próximos 3 anos. E mais um apanhado da história de lutas da CUT desde a sua fundação.

(disponível a partir de abril de 92)

10 ANOS DO PT GOVERNO PARALELO

A história do partido desde a sua fundação é vista através de um CLIP que mostra os momentos

mais marcantes. Na sequência a atuação do PT após as eleições presidenciais. O governo paralelo, seus principais componentes e suas propostas.

PROGRAMA NACIONAL DO PT (fevereiro/92)

"O modo petista de governar" visto através de uma viagem pelo país. O que há de mais significativo em cada administração. A inversão de prioridades, a participação popular e a transparência administrativa.

MELHORES MOMENTOS DA CAMPANHA "LULA PRESIDENTE"

Os momentos inesquecíveis da campanha na TV. As denúncias, os momentos de tensão, o registro das manifestações gigantescas pelo país. A lin-

Preço: Cr\$ 38.000,00 (cada)

Forma de pagamento: Reembolso postal (o material e o porte serão pagos na retirada no Correio) - Desconto de 10% para pedidos de mais de 3 fitas. - Nossos preços serão reajustados mensalmente.

- 1º Congresso do PT
- 4º Concut / CUT 8 anos por uma vida melhor
- Programa Nacional do PT (fevereiro/92)
- Melhores momentos da campanha "Lula Presidente"
- 10 anos do PT Governo Paralelo
- Verde Verdade
- Balbina, o marco da destruição
- Nicarágua: entre a guerra e o sonho

Nome / Instituição:
Endereço:
Bairro: Cidade: Estado:
CEP Fone: Data:/...../.....



Rua Ouvidor Peleja, 112 - Saúde - São Paulo - SP
CEP 04128 - Tel.: (011) 275.5913 - 579.2208 - Fax: 275.6318

O presidente deposto do Haiti, Jean Bertrand Aristide, diz que volta e põe os golpistas na prisão, ou no exílio, nesta entrevista a Juan Gasparini, do jornal Brecha, de Montevidéu. Fala ainda do futuro de seu país e pede a ajuda da comunidade internacional para restaurar a democracia e reconstruir o país que, no passado distante, já foi uma das ilhas mais prósperas do Caribe. Considera também "inaceitável" que os Estados Unidos se recusem a receber os refugiados haitianos, que fogem da ditadura.

Sob que condições o acordo de Washington, entre o sr. e o Parlamento, lhe permitiria retornar à presidência?

No quadro necessário de se passar à democracia por via não violenta, estou explorando a possibilidade de um encontro com o general Cedrás, que deveria vir acompanhado pelo major Michel François. Isto terá de ocorrer fora do Haiti, num local a se determinar. Nunca aceitarei o crime que cometeu. Ele terá de escolher entre o exílio e o cárcere, terá de obedecer à Constituição, assim como o pequeno grupo de golpistas que o acompanha. A justiça começará aí. O acordo prevê uma anistia geral, salvo para os criminosos comuns. Sendo presidente, devo valer-me da lei. Sempre disse: Cedrás é um criminoso.

Informações em Washington indicam que o sr. concordou com que o General Cedrás permaneça como Comandante em Chefe das Forças Armadas por mais três anos.

Não sei de onde vêm estas informações. O artigo 51 da Constituição me autoriza a indicar o Comandante em Chefe, o que deve ser ratificado pelo Parlamento. No dia 30 de setembro de 1991, no dia do golpe, Cedrás era general de brigada e comandante interino. Ninguém o reconheceu como o presidente de fato, nem OEA, nem ONU, nem qualquer Estado. O próximo Comandante será nomeado de acordo com a lei. Não há contradição entre esta minha posição e o acordo firmado. Fui testemunha do assassinato de militares e sempre considerei Cedrás responsável. Ele diz que não é culpado. Cometeu um crime contra a humanidade e há testemunhas disso. Violou a Constituição, atribuindo-se uma promoção e declarando-se em rebelião. Tem tudo contra si, e só uma coisa a seu favor: a impunidade.

Cedrás será beneficiado pela anistia que o sr. prometeu?

O general Cedrás não poderá ser beneficiado por essa anistia, pois cometeu crimes. Há dois mil cadáveres na conta do golpe. Ele deve responder por esses crimes. Terá de colaborar para ter a pena reduzida. Por isso dei-lhe a possibilidade de me encontrar fora do país,



Aristide votando no pleito que o elegeu

ENTRE A CRUZ E A ESPADA

antes do meu retorno. Cedrás declarou que obedecerá; será o momento de saber se mente ou não. Haverá anistia para o exército, mas não para ele e sua equipe.

A normalização do Haiti se realizará sob controle internacional?

Já em 2 de outubro passado pedimos à OEA o envio de uma Comissão Civil de Paz ao Haiti. Os golpistas pegaram as armas. No dia 6 de dezembro de 1990, quando ganhamos as eleições, a presença da comunidade internacional garantiu o pleito, através dos observadores da ONU, e facilitou a expressão da determinação do povo haitiano, que nos deu a vitória com 64% dos votos. Sem a presença desses organismos é mais fácil para os inimigos da democracia matar e mentir. Não há imprensa livre no Haiti. No próprio dia do golpe metralharam as estações de rádio.

Qual será sua nova política em relação às Forças Armadas?

Terão que se profissionalizar. A polícia deve separar-se do exército e passar a depender do Ministério do Interior,

como está na Constituição. Isto não se fará sem a colaboração da comunidade internacional.

Os acordos estabelecem que o sr. aceita seu adversário, o comunista moderado René Theodore, como primeiro-ministro, mas não dispomos de dados sobre a formação de um novo governo.

Há uma estratégia em marcha, que visa impor um primeiro-ministro da oposição. Dêmos conta disso ao recusarem 17 indicados para o posto. O artigo 137 da Constituição me autoriza a indicar o primeiro-ministro, depois de consultar as presidências das câmaras legislativas. O mediador da OEA transmitiu minhas opções, mas não conseguiu a ratificação. Para não entrar em conflito com a OEA, aceitei a nomeação de Theodore. Isto deverá ser aceito pelo Parlamento, para que a seguir se possa nomear um governo em que haverá líderes da oposição. O Parlamento, agora, não é livre. As armas de Cedrás impedem que um certo número de deputados e de senadores possa se expressar livremente. Mataram um deputado; há outros amea-

çados.

Fontes da oposição acusam-no de propiciar, quando no governo, muitas represálias políticas, inclusive a execução na rua de adversários seus, com a aplicação do "suplício do colar", que consiste em queimar alguém vivo aprisionado-o num pneu em chamas.

Durante os sete meses de meu governo nunca houve vítimas desse suplício. O primeiro caso ocorreu no dia 30 de setembro de 1991 - no dia do golpe, quando o general Cedrás decidiu queimar Silvio Claude vivo, para dar a impressão de que, "se é isto que faz o povo, nós intervimos para impor a ordem". Do mesmo modo, num domingo de manhã, no dia 11 de setembro de 1988, enquanto eu celebrava a missa com centenas de fiéis, chegou o exército com homens em uniforme e outros em trajes civis; mataram 50 pessoas e queimaram o templo. Se tinha essa prática de matar gente reunida pela fé, como não vai matar um homem para justificar um golpe de Estado?

Não teme pela sua vida?

Não, embora a pergunta

seja importante e a resposta não deva ser ingênua. A vida de sete milhões de pessoas está ameaçada sob esta ditadura. Minha contribuição vai no sentido de diminuir o peso deste sofrimento. Dei minha vida por amor de Jesus quando me ordenaram sacerdote. Dei minha vida quando assumi a presidência, para contribuir com a paz e a democracia. Se agora, diante da armadilha que me estão preparando, renunciasse a meu mandato, seria o mesmo que proteger minha pequena vida sem responder à missão que devo cumprir.

A administração Bush está expulsando a maioria dos 15 mil refugiados haitianos que fugiram do golpe; o sr. acaba de acusar os Estados Unidos de discriminação racial no caso desta expulsão.

São refugiados políticos e devem dispor de seus direitos. O que se passa é inaceitável.

A Comissão dos Direitos Humanos da ONU, onde o sr. fez uso da palavra, estuda um informe onde se assinalaram erros de sua parte no processo de democratização do Haiti. Como vê isso?

Deve-se articular uma pedagogia da escuta. Uma atitude diferente seria a de dar as costas às críticas. Estas são necessárias, pois podem ser construtivas. Ninguém é dono da verdade. Nietzsche dizia que o erro fazia parte da essência do conhecimento. Quem não admite que erra comete um erro muito grave. Aceitamos ouvir as críticas, elas podem fortalecer a democracia. Nosso passado de injustiças, de corrupção, dificulta o caminho para ela. E não devemos esquecer de nossas dificuldades econômicas. Economia e democracia vão juntas. Como refazer as instituições judiciárias sem quadros e sem dinheiro, sem tocar na questão das prisões, por exemplo?

O informe da ONU sobre a situação dos direitos humanos em seu país fala em problemas entre seus partidários e a hierarquia católica, e com o Vaticano, já que o sr. é militante da Teologia da Libertação. O sr. conta com o apoio da Igreja para restaurar a democracia?

Claro. Quero lembrar que foi um grupo disfarçado, que se fazia passar por partidários meus, que incendiou a Nunciatura no dia 7 de janeiro de 1991. É a mesma estratégia de queimar vivo Silvio Claude. Diz-se ao Vaticano: "vejam só o que fazem os partidários de Aristides". Como cristão penso que se deve viver em comunhão com a Igreja do Haiti e com a Igreja Universal. Esta é nossa contribuição à democracia. Somos partidários da verdade e da unidade na diversidade.



O cowboy mira Gadafi

**Aviso aos navegantes:
Bush prepara uma nova versão
da tempestade no deserto.**



Primeiro, o Conselho de Segurança da ONU anuncia para breve sérias sanções econômicas, incluindo o boicote total, quase um xeque-mate para um país que vive da exportação do petróleo. Depois, a Casa Branca pede aos seus cidadãos que se retirem do país e põe as tropas de prontidão. Não se trata de uma sabatina dos passos que levaram ao ataque norte-americano ao Iraque de Sadam Hussein, mas de um quadro do "crescendo" das pressões dos EUA sobre a Líbia de Muammar Gadafi, que podem desembocar em sua nova "operação internacional".

O motivo é simples: com a guerra fria botada para escanteio e o "Grande Satã" soviético existindo apenas nos livros de história, a Casa Branca e seus serviços de segurança necessitam de um novo inimigo externo, capaz de justificar seus gordos orçamentos militares, em pleno momento de crise econômica. A preferência recai sobre os países tidos como capazes

de construir sua bomba atômica, seja isso verdade ou não.

PERSONA NON GRATA. Gadafi é um desafeto antigo dos EUA, por sua orientação político-econômica e pelo apoio que sempre deu a correntes nacionalistas e de esquerda em todo o mundo, algumas delas, verdade seja dita, com uma preferência exagerada por opções terroristas e alvos civis. Em 1986, um ataque norte-americano contra a capital Líbia, Trípoli, matou a filha adotiva de Gadafi. Nesses tempos em que a nicaragüense Violeta Chamorro anda por aqui, não custa lembrar que seu diário, *La Prensa*, noticiou o ataque dos EUA com a manchete: "Canhões líbios bombardeiam aviões norte-americanos".

As pressões contra a Líbia foram retomadas após a neutralização da URSS e a derrota do Iraque na Guerra do Golfo. Gadafi agora é acusado de acobertar dois agentes de segurança líbios, responsáveis pela explosão de um jumbo, na Es-

cócia, que matou mais de 200 pessoas. Os serviços secretos norte-americanos também "plantaram" na imprensa internacional várias matérias sobre a suposta construção de um complexo de armazenagem de armas químicas e atômicas na Líbia, no valor de US\$ 1 bilhão. A mesma Líbia estaria fazendo ofertas irrecusáveis para que cientistas nucleares da ex-URSS se instalem no país.

O governo líbio, acuado, já fez várias concessões. Deu bilhete azul para as facções "menos guerrilheiras" e "mais terroristas" que operavam em seu território e fechou vários campos de treinamento de combatentes palestinos. Gadafi tem percorrido todo o mundo árabe em busca de apoio. Nada adiantou. A Casa Branca promete sossegar apenas quando o regime for derrubado e Gadafi estiver em um lugar bem mais profundo que sua tenda de beduíno. O perigo de invasão torna-se ainda maior às vésperas da eleição presidencial norte-americana, uma vez

que George Bush enfrenta obstáculos consideráveis e pode tentar reeditar o apoio que recebeu da sociedade durante a Guerra do Golfo.

ARGENTINA. Enquanto a tensão continua, fiapos do conflito EUA/Líbia chegam até bem perto de nós. Há poucas semanas denunciou-se que o presidente argentino Carlos Menem recebeu de Gadafi US\$ 4 milhões para sua campanha eleitoral.

Não se sabe se houve acordo mas, se houve, Menem não cumpriu, já que desde a Guerra do Golfo alinha-se automaticamente à Casa Branca em busca de novos créditos internacionais. Isso pode estar na raiz do atentado à embaixada israelense na Argentina, com saldo de pelo menos 27 mortos. Afinal, como diz o jornalista Horácio Verbitsky, um dos mais respeitados da Argentina, "não se faz um acordo com Gadafi e depois pula-se fora impunemente". Mesmo em pleno cerco dos cowboys da Casa Branca.

JAYME BRENER

VENEZUELA

O "jogo de cintura" de Pérez

Protestos de rua e ameaça de novos golpes mostram limites da social-democracia

O presidente social-democrata da Venezuela, Carlos Andres Pérez, tem uma "folha corrida" política das mais originais. Em seu primeiro mandato (1974/79), cavalgando os preços altos do petróleo, aplicou um programa protecionista e de nacionalização dos recursos naturais do país. Reeleito, desde 1989 se transformou em campeão do liberalismo e hoje enfrenta um explosivo coquetel de descontentamento popular e "comichões" golpistas no exército. Há um traço de união entre a "salsa" social-democrata e o "merengue" liberal na Venezuela. Trata-se da péssima distribuição de renda. O país recebeu cerca de US\$ 200 bilhões em uma década com a venda de petróleo, mas apenas 5% da população controla um quinto do Produto Interno Bruto, e a metade dos

venezuelanos vive abaixo da linha nada imaginária da miséria. Quando o preço do petróleo estava em alta, a desigualdade social estancava um pouco no esparadrapo dos subsídios à gasolina e aos gêneros de primeira necessidade. Com o Estado falido, o "segundo" Pérez apelou para o receituário de corte no subsídios, "tarifações" e pressão sobre os salários. O FMI ficou feliz: Pérez fez a inflação desabar de 80% para 30% em um ano. O PIB do país cresceu 9,2% em 1991, um dos maiores índices de todo o mundo.

MEIA-VOLTA. Nada disso trouxe melhorias palpáveis para a maioria da população, que aliás sofreu o encolhimento de 44% dos salários reais desde 1987. O fim do sonho de prosperidade graças aos petrodó-

lares explica a gritaria contra a corrupção e os quebra-quebras de 1989, que a polícia reprimiu com um saldo de centenas de mortos. Explica também a relativa simpatia popular dos golpistas militares de fevereiro. Andres Pérez, velha raposa, acusou o golpe e deu meia-volta em seu plano econômico, anunciando o congelamento de tarifas e preços de gêneros básicos. Também convidou a oposição democrata-cristã a compor o governo. Mesmo assim os protestos continuaram. Junto com o governo, entra em crise o modelo político democrático/social ou democrático/liberal (depende do momento), seguido por vários governos na América Latina e Caribe, mas que até agora revelou-se incapaz de reduzir as graves desigualdades econômicas.

(MÁRCIO KUHN)



PIMENTA SEM REFRESCO

ÁFRICA DO SUL. Ok, ok. O "sim" venceu no plebiscito só para os "grandes pais brancos" da África do Sul, garantindo o processo de desmontagem (muito) lenta e (mais ainda) gradual do regime racista. O presidente branco Frederik De Klerk e o líder negro Nelson Mandela continuam como fiadores da "transição moderada" que pode levar a um governo de maioria negra até 1994, onde os brancos preservarão seus privilégios econômicos. Mas já que perguntar não ofende...

BANGUE-BANGUE. Será que os 30% dos brancos que votaram "não" aceitarão quietinhos a derrota, ou a tendência é muitos deles aderirem à luta armada, sob o comando dos neonazistas do grupo AWB? Como vão ficar as facções negras à esquerda de Mandela (é o caso do Congresso Pan-Africanista), que ainda defendem a luta armada?

INKHATA. Qual será a reação do partido negro *Inkhata*, cujos ativistas pertencem à etnia zulu? Por dezenas de anos, o regime racista favoreceu o *Inkhata* contra os xhosas (que são a maioria do Congresso Nacional Africano, de Mandela), com o objetivo de dividir o "campo" negro. A transição do regime representa um golpe nos privilégios do *Inkhata*. E lutas entre as facções negras já mataram mais de 12 mil pessoas nos últimos seis anos.

MANDELA. Por fim, pedindo licença àqueles que se acostumaram a cultuar o mito Mandela, qual será a opção econômica do velho líder para o futuro? Manter o programa histórico do CNA - nacionalista e socializante - e enfrentar a ameaça de fuga em massa dos brancos e seus capitais, ou dar garantias aos brancos, correndo o risco de erosão das bases populares do CNA, que há décadas vêm apostando tudo - até a vida - em uma revolução *mesmo*?

JAYME BRENER

CONSPIRAÇÕES

YO CREO EN BRUJAS

O filme JKF mostra uma gigantesca conspiração como responsável pela morte do então presidente norte-americano e pelo ocultamento dos fatos, abrangendo desde o vice-presidente Lyndon Johnson aos *gusanos* (vermes, em espanhol, termo usado em Cuba para designar os cubanos contrários ao regime socialista) exilados em Miami e Nova Orleans. Digamos que o filme exagera; de todo modo, fica evidente que houve, no mínimo, duas conspirações: uma para matar, outra para ocultar.

A visão do currículo de mortes nos Estados Unidos e na América Latina, desde então, implica também o reconhecimento dos contornos de uma ou várias conspirações, pois todas essas mortes foram executadas com muita precisão: a morte de Kennedy não só parece ter sido o sinal verde para a série de golpes que acabou com as democracias populistas no continente, culminando com a queda do governo socialista chileno em 73, mas tornou-se a ponta de uma série de crimes até hoje mal esclarecidos em seu conjunto, sem falar nas mortes suspeitas.

Nos Estados Unidos, foram Bob Kennedy e Martin Luther King quase imediatamente. O primeiro era candidato à presidência, e o segundo poderia ser candidato a vice, embora negro em país onde o preconceito ainda era institucional. Malcom também foi assassinado a tiros, em circunstâncias não esclarecidas. Pela América Latina vieram o assassinato do general Torres, ex-presidente da Bolívia, do general Schneider, comandante do Exército Chileno logo após a vitória de Allende, do general Pratts, também chileno, quando exilado na Argentina, e de Orlando Letelier, ex-chanceler chileno do governo Allende, morto nos Estados Unidos pela explosão de uma bomba. Não nos esqueçamos de monsenhor Romero, de El Salvador, morto por um atirador *gusano* em plena catedral.

Vale lembrar também que o governo Carter deu asilo a Brizola nos EUA quando já estava em curso um plano para praticamente seqüestrá-lo, na melhor das hipóteses, devolvê-lo ao Brasil, havendo dúvidas quanto ao último destino. No Brasil ainda estão por ser esclarecidas pelo menos as mortes do general Castelo Branco, desaparecido em queda de avião no Nordeste, e a de Juscelino Kubitschek, morto em carro des governado e esmagado na via Dutra. *Yo creo en brujas, pero que las hay, las hay.*

CAMPOS LEÃO



TEATRO

O fim da tirania

Peça soberba, *Macbeth* encena o fim e os fins da tirania, devorada pelo próprio terror.

Confesso que fui assistir à montagem de *Macbeth* disposto a falar mal do governo. A peça tem vários pontos em comum com nosso contexto presente: o desmedido da ambição, a luta pelo poder, a corrupção, a traição, a paranóia e o fantasma da esterilidade que paira sobre uma tirania condenada. Mas confesso que meu objetivo se frustrou. A peça é tão soberba, o texto é tão lindo, os personagens são tão bem acabados e conseqüentes em suas paixões, mesmo as mais torpes, que não dá para buscar comparações com nosso contexto oficial. Qualquer comparação reduz nossos próceres a pó.

CRIME E DESESPERO. *Macbeth*, tão ao gosto shakespeariano, é uma tragédia da meia idade. Grande guerreiro que começa a encanecer, *Macbeth* não tem descendência; a profecia de três bruxas, de que ele será rei, o leva ao crime, traindo e matando o soberano; a profecia de que seu amigo Banquo será pai de uma linhagem real o leva à suspeita, à paranóia e ao desespero, fazendo-o encadear uma série de crimes hediondos que o isolam cada vez mais. Instigado pela mulher, Lady *Macbeth*, que duvida da sua virilidade e executa as tarefas para as quais ele não tem coragem, *Macbeth* cai passo a pas-



Vera Fisher em cena, como Madame Macbeth

so numa ebriedade pelo poder que fá-lo julgar-se invencível; e é somente no fim, ao defrontar-se só perante o inimigo, que renasce nele a alma do grande guerreiro que fora antes, batendo-se numa luta perdida, com desespero, mas com denodo e desassombro. *Macbeth* faz assim uma fina reflexão sobre a ligação entre a tirania e a incapacidade que tem o tirano de espelhar-se, reproduzir-se, no mundo dominado: ele é prisioneiro de seu poder, porque porta em si uma falha abismal de insegurança que só pode ser recoberta e disfarçada pelo uso

da violência. Também é uma reflexão sobre as relações entre homem e mulher. A disputa de mando entre um e outro, disfarçada pela execução conjunta de um plano, os leva a petrificar a força do amor num desejo torpe de autopermanência, de luta contra o tempo. São ambas vinganças contra o ser, em suas formas de natureza, cultura e de política, que Shakespeare via como a supremacia da arte e das sabedorias. Mas a própria natureza deles os derrota, fazendo-os passageiros de um delírio ou pesadelo para o qual a morte é um

alívio, um reencontro com o espaço da natureza.

CALÇAS DEMAIS.

A montagem não se dá sem defeitos, mas são menores, mantendo o ritmo geral e a atenção do espectador. Antonio Fagundes faz um bom *Macbeth*, e Vera Fischer diz bem o seu texto; no figurino, sóbrio, entretanto, calças não lhe vão bem; não pela falta de beleza, mas pelo anacronismo que criam em cena. A presença de artes marciais de inspiração oriental na marcação, pelo contrário, vai bem na peça, assentando-se de modo criativo com a ambiência medieval. É um espetáculo que, sem dúvida, merece ser visto: muito ao contrário do governo, portanto.

TRISTÃO DA CUNHA, em São Paulo

MACBETH, DE WILLIAM SHAKESPEARE. COM ANTONIO FAGUNDES, VERA FISCHER, STÊNIO GARCIA, PAULO GOULART E ELENCO. ENCENAÇÃO DE ULYSSES CRUZ. SÃO PAULO, TEATRO ARTHUR RUBINSTEIN. (RUA HUNGRIA, 1000, ESQ. COM MARGINAL PINHEIROS).

LITERATURA

Um, dois, três, muitos sonhos

Em Cuba, o Prêmio Casa das Américas reúne livros e escritores de 30 países.

A 33ª edição do Prêmio Casa das Américas reuniu em Havana, em janeiro deste ano, escritores de 15 países, entre eles Estados Unidos, Itália, Portugal e Brasil. Trabalhou com conto, romance, ensaio, poesia, literatura infanto-juvenil, teatro, literatura em português (como categoria à parte) e em línguas indígenas (quéchua, guarani e nahuatl). Houve 704 obras concorrentes, enviadas de 30 países, entre americanos e europeus.

SOLDADOS, PARA TRÁS. Havia 118 obras brasileiras inscritas. Venceu o romance *Avante, soldados, para trás*, de Deonísio da Silva, tentativa ao mesmo tempo séria e irônica de atualizar o romance histórico e de reavaliar o episódio da Retirada de Laguna, durante a Guerra do Paraguai. O júri foi composto por mim, por Carlos Nejar, Jefferson del Rios e pelo escritor português José Saramago.

O encontro propiciado pela revista *Casa das Américas* é de uma importância extraordinária, pois são raras as oportunidades que os escritores latino-americanos têm de se encontrar e trocar as respostas às eternas

perguntas que nos perseguem, sobre nosso destino nesta terra tão injustamente dividida.

ROA BASTOS. Na abertura dos trabalhos a todos comoveu a leitura de uma carta do escritor paraguaio Augusto Roa Bastos, impossibilitado de comparecer por razões de saúde: "Os centros reacionários e agressivos da administração norte-americana devem, seguramente, felicitar-se pela 'histórica' oportunidade que lhes abriu a rup-

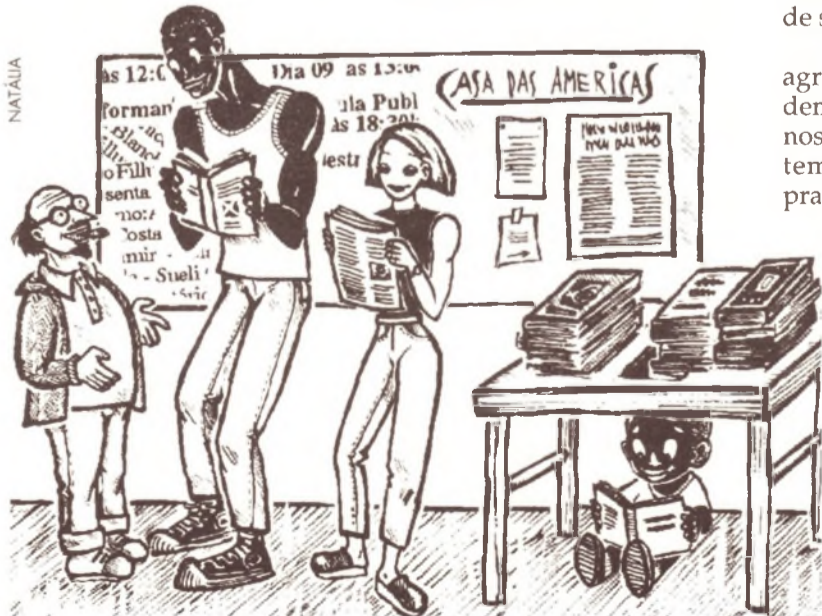
tura da ordem hegemônica bipolar em relação a Cuba. Mas a ordem do mundo é mais complicada do que a simples agressão a um país cioso de sua autonomia, do seu progresso, da sua política independente, cuja construção se fez com o sacrifício de seu povo. Não seria mais honesto e civilizado para um grande país, cujos dirigentes têm em suas mãos a decisão da paz ou da guerra no mundo, entabular negociações de paz e abertura com a pequena nação do Caribe?"

PAPEL DA CULTURA. Acompanhar o júri do Prêmio e visitar instituições culturais e científicas da ilha, além de passear com minha família pelas ruas e conversar com quem queríamos, foi uma oportunidade única de ver de perto, como realidade concreta e possível, o papel da cultura numa sociedade que se quer mais justa; a cultura como alimento do espírito e fortalecedora da capacidade de resistir às mais duras privações materiais, sem perder a esperança, a dignidade e o direito de sonhar.

Investir em cultura entre as agruras do racionamento é a demonstração de que os cubanos sabem algo que frequentemente nossa mentalidade pragmática nos faz esquecer: não se conquistam padrões de uma vida material digna sem alcançar padrões de excelência na educação, saúde, ciência e artes.

LIGIA CHIAPPINI, membro do júri Casa das Américas 92

BRASIL AGORA ESTARÁ PUBLICANDO EM NÚMERO PRÓXIMO TRECHO DO ROMANCE DE DEONÍSIO DA SILVA.





Sou favelada, estou deputada

Seu próximo passo é ser prefeita do Rio. O slogan já é afirmado por muita gente: será a Benedita!

Ela reúne características que a tornam triplamente discriminada. Fez de suas condições um slogan - mulher, negra e favelada -, elegeu-se vereadora e duas vezes deputada federal. Auxiliar de enfermagem e assistente social, Benedita da Silva está exercendo o seu segundo mandato na Câmara Federal, mas continua morando numa favela - o morro do Chapéu Mangueira, que fica no Leme, ao lado de Copacabana. A coerência, aliás, sempre marcou sua conduta pessoal e política. Desde a época da ditadura, quando começou a participar dos movimentos sociais, sempre empenhou todas as suas energias em defesa dos interesses dos trabalhadores e dos segmentos marginalizados da sociedade. Na Assembleia Nacional Constituinte, tornou-se a primeira mulher negra a ter assento no Congresso Nacional. Participou de 96% das votações para a elaboração da atual Constituição. Das 92 emendas que apresentou, 25 foram aprovadas, incluindo-se entre elas a lei que regulamenta a profissão de empregada doméstica. Atualmente, Benedita prepara-se para uma nova batalha: caso a convenção do PT confirme seu nome, ela disputará a prefeitura da cidade do Rio de Janeiro.

Benedita foi entrevistada por Ênio de Bucumar.

Este ano será de Benedita, mesmo?

Pelo menos eu espero que seja. De outra forma, nós estaremos perdendo uma oportunidade histórica no Rio de Janeiro. Acredito que, sendo a Benedita, será o momento dos cariocas, o momento de se colocar o tradicionalismo de uma vez por todas na gaveta.

Você não acha que o Rio de Janeiro continua sendo uma espécie de feudo do PDT?

A própria história do dinamismo político do Rio de Janeiro tem demonstrado o contrá-

rio. Na verdade, um partido que está no poder no Rio de Janeiro desde 1982 atua de uma forma que possibilita o crescimento e o amadurecimento do PT. Nas duas últimas eleições, o PT já era a segunda força política do município e do estado. As nossas administrações municipais, sérias, transparentes e competentes, vão possibilitar que o PT ganhe não apenas no Rio, mas em diversos municípios, e consolide o seu projeto de administração popular.

A administração do PDT não se diferenciou dos tradicionalistas, dos conservadores?

Não houve diferenciação em nenhum setor. Nos transportes, no atendimento médico-hospitalar, os serviços continuam tão precários quanto antes. A única diferenciação é no atendimento para o rico e para o pobre. Esta é uma forma muito antiga de administrar, não tem nada de inovadora. Onde está o maior contingente populacional? É na zona norte e zona oeste. E quando se vê algum investimento lá, é muito perto da eleição, porque é um contingente eleitoral muito forte.

Você nota alguma evolução na condição do negro no Brasil ou só continua tendo chance o jogador de futebol, o cantor ou a mulata, cultuada como objeto sexual?

Hoje já houve avanços significativos nos espaços conquistados pelo negro. Ele não só denuncia como propõe. Mas ainda há muito por caminhar. Não se considera a contribuição que os negros já deram e continuam dando na força de trabalho, na cultura. É uma coisa discriminatória, preconceituosa. E para não ficar muito feio, louva-se a exceção da regra - o jogador de futebol, o cantor, a cantora, a deputada, a repórter de TV. São tão poucos que você diz "a repórter negra", "a deputada negra".

Você defende a tese de que

o Brasil nasceu do estupro?

Não é que seja uma tese. É uma realidade. Como é que nasceu a nossa sociedade? Como foi a construção familiar desta sociedade? Os donos de terras, senhores de engenho, membros da nobreza, casaram-se normalmente com as escravas ou essas mulheres, além das indígenas, foram objetos sexuais desses homens e de seus filhos?! Então foi um estupro, porque não foi uma decisão, uma concessão. As famílias negras foram destruídas. Tem gente que não sabe onde estão os seus filhos. De minha família tem gente que eu não conheço.

Quem são esses parentes?

Meus avós e bisavós foram escravos e tiveram filhos que foram vendidos para famílias de não sei onde, e nunca mais tiveram informações. Minha bisavó, Rosa, reunia a família e contava histórias da escravidão, principalmente durante o 13 de maio. Ela dizia: não estão todos aqui, porque tenho filhos que foram vendidos e nunca mais soube deles.

Dá para comemorar os 500 anos de "descobrimto" da América?

Dá pra dizer o seguinte: éta povo resistente!

O carnaval de hoje em dia tem alguma coisa a ver com a negritude?

O carnaval sempre tem a ver com a negritude. O que está acontecendo é que o carnaval não é mais aquela festa de negritude, embora ela esteja presente. O carnaval está industrializado, comercializado e nesse sentido há uma disputa pelo poder, ficando de lado a cultura do espírito - não só do negro, mas de todos os segmentos -, onde o negro tem o seu poder, que é o saber. O sentimento espontâneo de antigamente, peculiar ao negro, não mais existe. Intelectualizaram esta iniciativa natural.

Você já saiu em escola de samba?

Claro! Já saí na Vila Isabel,

na Unidos de Lucas, no Império Serrano... mas já não brinco o carnaval há muitos anos. Já desfilei como passista, como destaque, num tempo em que a gente desfilava com a alma, era uma emoção incrível. Mas desde 68, quando entrei para a Igreja Evangélica, eu não saio mais.

Você liderou a campanha vitoriosa que garante 30% dos cargos de direção do PT para as mulheres. Já houve alguma mudança depois disso?

Foi uma conquista excelente das mulheres do PT. Foi, é e vai ser muito importante para a cultura política do PT, além de já estar influenciando as mulheres de outros partidos. As mulheres têm avançado em suas questões e têm levado a sociedade a se comprometer. Mas ainda há muita discriminação e preconceito. A tutela ainda resiste - do pai, do marido, do companheiro. Essa relação ainda é muito dura, mas há duas décadas as mulheres vêm demonstrando que é possível algo novo sem perder a ternura e garantindo o espaço de igualdade.

Parece que o movimento feminista está meio em baixa, você não acha?

Depende de como você vê o movimento feminista. Não é forte mais aquele movimento das feministas históricas, que tiveram um papel importante, mas temos um movimento de mulheres impressionante, em relação aos direitos trabalhistas, na luta contra a violência, na questão da liberdade individual. Por exemplo, as mulheres de Acari (que tiveram 11 filhos assassinados por policiais numa mesma noite) me parecem as mães da Praça de Mayo, na Argentina. Temos mulheres em associações de moradores, nas igrejas, departamentos femininos de sindicatos, partidos e entidades dos negros. São mulheres conscientes, que estão lutando.

Você continua morando numa favela, o morro do Cha-

péu Mangueira. Por quê?

Por quê? Porque eu sempre morei no morro do Chapéu Mangueira. Eu estou acabando de falar em cultura e sou uma pessoa que vai fazer 50 anos, que sempre viveu e trabalhou ali, e tem o objetivo de ajudar no crescimento de toda aquela comunidade. Eu não sou deputada, eu estou deputada. Eu sou uma favelada, sim. É claro que há o favelado A, B e C e eu me enquadro no que podemos chamar de favelado A, mas eu estou lá. Eu não quero que todos sejam favelados, quero que as pessoas tenham condições de crescer e morar onde quiserem. É por isso que eu luto. Eu posso mudar, mas e os outros? Eu tenho filhos, netos, irmãs, irmãos, uma família enorme, todos morando lá. Alguns dizem que é demagogia. Não é verdade. Eu não quero que a favela continue como é, com a falta de assistência em todos os sentidos, porque isso não faz bem nem para a favela nem para o asfalto.

Você é uma pessoa especial, ou está sujeita à mesma violência que atinge os outros favelados?

Não tenho nenhuma mordomia no Chapéu Mangueira. Quando falta água, minhas torneiras também secam. Quando a polícia chega, o tratamento não é diferente. Quando ela chega, chega mesmo, está chegando na favela. Em 1990, durante a campanha eleitoral, exterminaram três rapazes perto de onde eu moro, depois a polícia invadiu minha casa, dizendo que procurava um seqüestrador. Na mesma época tive um sobrinho assassinado barbaramente na Santa Cruz.

Você é uma pessoa alta, elegante, charmosa. Dizem que você descende de reis africanos. É verdade?

A única referência sobre os meus antepassados africanos eu ouvi de minha bisavó. Ela dizia apenas que nós éramos descendentes de uma família de fino trato.

A LENDA DO RATO MAGRINHO



BRASIL
AGORA

